

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

TJ contesta

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná contestou a baixa produtividade dos magistrados de segunda instância, apontada no relatório divulgado no dia 1º de abril pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A pesquisa toma por base números de 2012 e aponta que, entre os cinco maiores do País, o TJ paranaense é o menos produtivo, com um total de 1.399 ações julgadas naquele ano – 1.573 em primeira instância e 519 em segundo grau.

Contagem em duplicidade

Segundo o TJ, a pesquisa contou 239 magistrados de forma errônea, contabilizando os 120 cargos de desembargadores providos, os 60 cargos de juízes de segundo grau substitutos existentes e, novamente, 59 cargos de juízes substitutos providos, conforme consta no Relatório da Justiça em Números 2013. O TJ afirma, ainda, que chegou a notificar o CNJ, mas não obteve resposta. “Em dezembro de 2012, a quase totalidade dos desembargadores não contava com processos com o prazo excedido, o que efetivamente demonstra que a apontada e a divulgada baixa produtividade da segunda instância do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não corresponde à realidade e decorre apenas da divergência de número de julgadores de segundo grau”, escreve, em nota.

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Despesas ilegais

O prefeito de Alto Piquiri (Noroeste) terá que ressarcir os cofres públicos em R\$ 5.346,15, em razão de gastos indevidos com reembolsos de despesas em viagens oficiais. O prazo fixado para devolução do dinheiro é de 30 dias. A determinação está prevista em recomendação administrativa da Promotoria de Justiça de Alto Piquiri que, além de impor o ressarcimento ao prefeito, também recomenda que a esposa dele devolva aos cofres públicos o valor de R\$ 2.090,10, recebidos na forma de reembolso para acompanhar o marido em evento oficial de exclusivo interesse do chefe do Executivo.

E imorais...

Segundo o promotor de Justiça Rafael Januário Rocha, a maioria dos gastos são imorais, "considerando-se a vulnerabilidade financeira do Município de Alto Piquiri", mas apenas R\$ 5.346,15 seria o montante manifestamente ilegal, já que feitos, segundo ele, em completo arrepio da lei municipal.

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça restabelece voto paritário na UEL

Auber Silva
Equipe Bonde

Londrina - Medida cautelar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) datada da última quarta-feira e divulgada nesta sexta restabelece o voto paritário para a eleição à reitoria da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O pleito está marcado para a próxima quarta-feira, com quatro chapas. O processo eleitoral ocorreria com pesos diferentes para as categorias, computando 70% para professores, 20% para servidores e 10% para estudantes. O Conselho Universitário, entidade soberana da UEL, se reúne extraordinariamente na tarde da próxima terça-feira para discutir o futuro da votação. Só o Conselho pode votar e aprovar mudanças no edital eleitoral que poderiam manter a eleição do dia 9.

Em dezembro de 2011, o Conselho Universitário decidiu pela distinção entre categorias. A votação foi contestada na Justiça pelo Sindicato dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da UEL (Assuel) em razão de divergências no entendimento do quórum.

Na ocasião, 24 conselheiros votaram pela mudança do regimento eleitoral e 22 se posicionaram contra. Do total de 50 conselheiros com direito a voto, quatro não estavam presentes. O regimento interno da universidade reza que as decisões devem ser tomadas a partir de maioria simples.

A Assuel defende que o número correto de membros que deveria ter sido considerado era o total de 50 conselheiros, considerando, portanto, as quatro cadeiras vagas. Desta forma, seriam necessários 26 votos para alterar o regulamento e não 24.

A 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina já havia decidido pela suspensão da decisão do conselho, também entendendo que a maioria seria estabelecida apenas com 26 votos. A UEL recorreu e conseguiu suspender a decisão em primeira instância. Agora, com a determinação do TJ-PR, uma instância superior, está suspensa a aprovação do voto proporcional e restabelecido o voto paritário.

Entre professores, servidores e estudantes da UEL, mais de 25 mil pessoas estão aptas a votar.

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça libera empresário da Operação Lava Jato

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná decidiu soltar o empresário Leonardo Meirelles, um dos sócios da Labogen, depois que ele decidiu colaborar com a investigação e contou que um financiamento de R\$ 31 milhões do Ministério da Saúde para o laboratório havido sido obtido por meio de “contatos políticos” do doleiro Alberto Youssef. O deputado federal André Vargas (PT-PR) é um dos contatos políticos do doleiro, segundo interceptações de mensagens feitas pela Polícia Federal. O deputado disse em pronunciamento na Câmara, na última quarta-feira, que apenas encaminhou Youssef ao Ministério da Saúde. Meirelles havia sido preso junto com Youssef durante a Operação Lava Jato, no último dia 17.

Youssef é acusado pela PF de comandar um esquema de lavagem que movimentou R\$ 10 bilhões. A Labogen conseguiu o financiamento em dezembro do ano passado, quando Alexandre Padilha (PT) era o ministro da Saúde, para produzir 35 milhões de comprimidos por ano de cloridrato de sildenafila, usado no tratamento de hipertensão pulmonar. Os R\$ 31 milhões seriam pagos em cinco anos, mediante a entrega dos medicamentos. A Labogen foi usada pelo doleiro para fazer remessas para o exterior e internalizar US\$ 37 milhões (R\$ 84 milhões), segundo dados da PF. A movimentação de dólares era feita por meio de simulação de

importação e exportações.

O advogado de Meirelles, Haroldo Nater, disse à reportagem que o empresário emprestou a empresa ao doleiro porque precisava de recursos para investir no laboratório. O laboratório estava quebrado quando Meirelles comprou-a, há cerca de cinco anos, com dívidas de R\$ 54 milhões, segundo Nater. Hoje os débitos somam R\$ 24 milhões. Meirelles ficava com uma comissão que variava de 0,5% a 1% sobre as remessas. Meirelles contou à PF que o doleiro também investiu R\$ 3 milhões no laboratório e por isso usou seus contatos políticos para obter o financiamento no Ministério da Saúde.

E-mails revelados pela Folha de S.Paulo no último dia 27 apontam que um diretor de inovação do Ministério da Saúde, Eduardo Jorge Valladares Oliveira, indicou que a Labogen deveria se associar com a EMS. A PF suspeita que a Labogen foi usada para pagar propina por causa da diferença entre os parceiros. A EMS é o laboratório com maior faturamento do país (R\$ 5,8 bilhões em 2012, o último dado disponível). Já a Labogen tem uma folha de pagamento de R\$ 28 mil, segundo a PF.

O Ministério da Saúde cancelou a parceria assim que a Folha de S.Paulo questionou o órgão sobre a suspeita. Foi também aberta uma sindicância para apurar as razões pela quais o diretor de inova-

ção da pasta teria indicado a EMS. O ministério afirma que nunca teve contato com a EMS, mas só com o laboratório da Marinha, que fazia parte da parceria. A pasta diz que não houve pagamento porque nenhum medicamento foi entregue. Padilha disse apoiar a investigação e o cancelamento da parceria.

CONTINUA

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Parecer rejeita apuração contra André Vargas

Daiene Cardoso
Agência Estado

tem fundamentação”, concluiu o secretário.

Brasília - A Secretaria Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados recomendou ao presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que rejeite o pedido de investigação solicitado pelo Psol contra o vice-presidente da Casa, André Vargas (PT-RN). O argumento do

secretário-geral, Mozart Vianna, é que o ofício do Psol é “genérico”, não está

bem fundamentado e faz juízo de valor sobre as denúncias veiculadas contra o petista. A palavra final será dada por Alves na próxima semana.

A Secretaria diz no documento que será entregue ao presidente da Câmara que o autor do requerimento, o líder do partido Ivan Valente (SP), não observou os requisitos mínimos para a formulação da representação. “Para iniciar um processo, a denúncia é frágil. Não tem sustentação, não

QUEBRA DE DECORO

Ontem, DEM e PSDB anunciaram que vão protocolar uma representação por quebra de decoro parlamentar contra Vargas no Conselho de Ética da Câmara. Os partidos de oposição alegam que o petista quebrou o decoro e que o

uso da aeronave em prestada pelo doleiro Alberto Youssef - preso em

uma operação da Polícia Federal por suspeita de participar de um esquema de lavagem de dinheiro - configura recebimento de vantagem indevida. Nestes casos, o parlamentar fica sujeito a perda do mandato.

Nesta semana, Vargas foi à tribuna dar explicações aos colegas. Em 10 minutos de discurso, o petista disse que foi “imprudente” e que não sabia das investigações contra o doleiro, com quem mantém amizade há 20 anos.

*Palavra final
será dada por
Henrique Alves
na próxima semana*

CLÁUDIO HUMBERTO

Curfundo adoidado

Preso na Operação Lava Jato, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa tinha o ministro Paulo Bernardo (Comunicações) entre os amigos no Facebook, onde confessa que só é fluente em Língua Portuguesa.

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ministro exige liberação de empréstimo ao Paraná

Marco Aurélio estipula multa de R\$ 100 mil
para descumprimento;
parlamentares têm reunião na STN
na próxima quarta-feira

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na noite de anteontem que a União obedeça a liminar concedida em fevereiro ao governo do Paraná para a liberação do empréstimo de R\$ 817 milhões junto ao Banco do Brasil, dentro do Programa de Apoio ao Investimento de Estados e do Distrito Federal (Proinveste). No despacho, o magistrado estipula multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

A intervenção do STF é uma resposta à ação cautelar 3492, proposta em novembro do ano passado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), sob o argumento de que a competência de aferir as condições financeiras para a concessão desse tipo de operação caberia ao Tribunal de Contas (TC). Tanto o crédito do Proinveste como outros quatro pleiteados pelo Executivo

estadual estão barrados na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), devido a divergências nos cálculos de gastos com pessoal apresentados pelo Estado.

O governador Beto Richa (PSDB), contudo, argumenta que outras unidades da federação, em situação financeira até pior, já receberam o aval. "Mais uma vez o Supremo Tribunal Federal reconheceu a discriminação que o Estado do Paraná vem sofrendo do governo federal e dos adeptos do quanto pior melhor, que buscam o poder a qualquer custo", escreveu em sua conta no Facebook.

EMBATE

Na próxima quarta-feira, aliados e opositores a Beto participam de uma reunião unificada com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, justamente para discutir a questão. Enquanto os tucanos falam em perseguição por parte de Dilma Rousseff (PT) e da senadora e ex-ministra Gleisi Hoffmann (PT), pré-candidata ao Palácio Iguazu, os petistas

dizem que a demora se deve muito mais à incompetência técnica da equipe do governador. O encontro acontece às 15 horas, na STN, e contará com as presenças de deputados estaduais e federais.

O ex-secretário do Trabalho Luiz Claudio Romanelli (PMDB) chegou a propor a instalação de uma Comissão Especial de Investigação (CEI) na Assembleia Legislativa (AL) para averiguar o assunto. Com a disposição da oposição em buscar um consenso, porém, a iniciativa acabou arquivada. Da AL, além de Romanelli, devem estar presentes o líder do PT, Tadeu Veneri, e um representante da liderança do governo, ainda não definido. Do Legislativo nacional, por sua vez, estão confirmados João Arruda (PMDB-PR), vice-presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, Fernando Francischini (SDD-PR), autor do requerimento solicitando o encontro na capital federal, e Pepe Vargas (PT-RS).

"Estou muito satisfeito. O que importa é buscarmos uma solução, sem arroubos de valentia", disse Romanelli. "Espero que essa reunião coloque um ponto final na questão", afirmou Veneri.

05 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ipea corrige pesquisa sobre abusos contra mulheres

Percentual que concorda que quem
"usa roupas que mostram o corpo
merece ser atacada" é de 26%

Ayr Aliski
Agência Estado

Brasília - O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) errou ao divulgar, em 26 de março, que 65% da população concordava que "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". O Ipea assumiu ontem que houve falha e que o percentual correto de pessoas que concordam com essa afirmativa é de 26%. A divulgação do dado, no final de maio, gerou ampla repercussão em diversos segmentos da sociedade, repudiando que tamanha fatia da população concordasse com essa afirmativa.

A repercussão da pesquisa foi tão intensa que até mesmo a presidente Dilma Rousseff pronunciou-se sobre o tema e demonstrou solidariedade à jornalista

Nana Queiroz, uma das organizadoras do movimento "Eu não mereço ser estuprada", que se popularizou nas redes sociais nos últimos dias, após a divulgação da pesquisa do Ipea. O diretor de Estudos e Políticas Sociais do instituto, Rafael Guerreiro Osório, pediu sua exoneração assim que o erro foi detectado, informa o órgão. Na verdade, o Ipea cometeu dois erros na divulgação da pesquisa. "Vamos a público pedir desculpas e corrigir dois erros nos resultados de nossa pesquisa 'Tolerância social à violência contra as mulheres', divulgada em 27/03/2014. O erro relevante foi causado pela troca dos gráficos relativos aos percentuais das respostas às frases 'Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar' e 'Mulheres que usam roupas que mostram

o corpo merecem ser atacadas", admitiu o órgão, que é vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Para a elaboração da pesquisa, foram entrevistadas 3.810 pessoas. Na verdade, 58,4% dos brasileiros ouvidos afirmaram discordar totalmente da afirmação "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". Fatia de 13,2% disse concordar totalmente e parcela de 12,8% disse concordar parcialmente.

06 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Liminar devolve cargo a Fabio Camargo no TC

Se o presidente da AL, Valdir Rossoni, convocar de fato nova eleição, estará descumprindo a orientação do STF

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu na noite de anteontem uma liminar que permite a Fabio Camargo retomar o cargo de conselheiro no Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Ele está afastado desde 27 de novembro do ano passado, quando a relatora Regina Portes, do Tribunal de Justiça (TJ), também por meio de liminar, entendeu que ocorreram irregularidades no processo que elegeu o ex-deputado, conduzido inteiramente pela Assembleia Legislativa (AL).

Ao deferir o pedido, Mendes solicita que a decisão seja comunicada com urgência aos interessados. "Após, dê-se vista dos autos ao Procurador-Geral da República. Publique-se. Intimem-se", escreveu. O despacho, no entanto, ainda não havia sido publicado na íntegra na página do STF.

Na última quarta-feira, o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), anunciou que apresentaria na sessão plenária de amanhã um decreto propondo a anulação parcial da eleição de Camargo. Segundo o tucano, só poderiam participar do novo pleito os candidatos que já estavam

*Para advogado,
ministro "pôs
ordem institucional
nessa bagunça"*

inscritos no anterior, incluindo o próprio ex-parlamentar. Eles teriam assim nova oportunidade de apresentar certidões negativas. A FOLHA procurou ontem o chefe do Legislativo para saber se a decisão está mantida, no entanto, ele não atendeu às ligações até o fechamento da edição.

Em entrevista por telefone, um dos advogados de Camargo, Igor Sant'Anna Tamassauskas, disse que o ministro "pôs ordem institucional nessa bagunça". De acordo com ele, a defesa entrou com a medida pelo fato de que o conselheiro só poderia ser afastado com a sentença transitada em julgado. Ainda conforme Tamassauskas, caso Rossoni convoque de fato nova eleição, estará descumprindo a orientação do STF. "O Supremo tem uma série de decisões anteriores de que conselheiro de Tribunal de Contas tem as mesmas garantias que juízes e magistrados dos tribunais superiores. Não pode perder cargo por esse atalho", justificou. Sobre os questionamentos envolvendo o processo eleitoral, ele

completou que são, na verdade, "bobagens". "A partir do momento em que a Assembleia o escolheu e o governador o nomeou, isso tudo ficou para trás", afirmou.

IMBRÓGLIO

O anúncio do presidente da AL foi motivado pela negativa do Órgão Especial do TJ em aceitar um agravo regimental proposto por Camargo. Na segunda-feira passada, a maioria do colegiado, de 25 desembargadores, seguiu o voto de Regina Portes, mantendo-o afastado do posto até julgamento do mérito da questão, ainda sem data prevista. Ela considerou procedente o mandado de segurança de um dos candidatos derrotados, Max Schrappe, que questiona justamente a existência de supostas incongruências no pleito, como ausência de quórum qualificado no primeiro turno e inconsistência na apresentação da documentação exigida.

CONTINUA

06 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O então petebista recebeu 27 votos, enquanto Plauto Miró (DEM) obteve 22. Como ambos eram parlamentares e candidatos, decidiram não votar, o que fez com que seus votos fossem computados como brancos. O regimento interno da Casa, entretanto, aponta que, para ser eleito sem necessidade de um segundo escrutínio, o vencedor precisa somar 28 votos.

Paralelamente ao processo no TJ, a Procuradoria-Geral da República (PGE) também pediu o afastamento do ex-deputado, alegando a existência de tráfico de influência. Pai do ex-parlamentar, Clayton Camargo ocupava na época a presidência do TJ.

A reportagem não conseguiu contato com os advogados de Max Schrappe, para confirmar se o empresário irá recorrer da liminar. Já a assessoria de imprensa do TC informou que, embora esteja acompanhando a questão, prefere não se posicionar, por ser "agente passivo".

06 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

Casa grande e senzala

A campanha da Fraternidade deste ano vem oportunamente trazer à tona uma das maiores vergonhas da humanidade, o tráfico de pessoas em pleno século 21. Quando se aprofunda o tema parece estar-se tratando de uma ficção macabra, tamanhos os requintes de crueldade que emolduram essa realidade, alimentada por uma ganância patológica, difícil de entender.

A maioria das pessoas traficadas é pobre ou está em situação de grande vulnerabilidade social e econômica, muitos são migrantes ou estrangeiros. As redes criminosas do tráfico valem-se dessas fragilidades, que facilitam o aliciamento e a exploração, com promessas de uma vida melhor. Uma vez nas mãos dos traficantes, mulheres, homens e crianças são explorados e obrigados a executar atividades degradantes e insalubres sem qualquer possibilidade de recusa. As atividades que compreendem o tráfico humano são diversas, vão desde construção civil, confecções, entretenimento, sexo, agricultura, atividades domésticas, adoção ilegal, remoção de órgãos, entre outras formas de barbárie.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que o tráfico de pessoas no mundo se aproxime de 21 milhões de indivíduos, a maioria vítimas do trabalho forçado ou de exploração sexual. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que o tráfico humano movimente cerca de 32 bilhões de dólares anuais, competindo com o tráfico de drogas e de armas como as atividades criminosas mais rentáveis.

Há cerca de um ano, virou manchete em todo o mundo o caso dos bengaleses mortos pelo desabamento de um prédio onde funcionavam indústrias de confecções que prestavam serviços para grandes multinacionais, leia-se algumas das mais famosas grifes do mundo, que pagavam a essa mão de obra menos de 3% do valor do produto final. Essas mesmas empresas, invariavelmente hasteiam bandeiras de responsabilidade socioambiental, o que demonstra o vale tudo em nome do lucro fácil.

Se essa situação já é aberrante, pior é assistir-se aos discursos que tentam justificar essas condutas como promotoras do desenvolvimento no terceiro mundo, apoiadas na máxima "é melhor ganhar pouco do que não ganharem nada". Essa atitude desloca-se do plano do dever e do que é justo, decente e ético, para se refugiar num discurso raso e hipócrita, do tipo: "é ruim, mas poderia ser pior", nessa ordem de ideias, sempre se encontrará alguém mais desesperado em algum país esquecido do mundo, que se dispõe a trabalhar por menos, e não demorará muito a termos a escravidão novamente legalizada.

É certo que esses casos extremos são geralmente rechaçados pela maioria da sociedade, mas parte desta mesma sociedade demonstra seu relativismo ético quando se depara com situações que a afetam diretamente. Não se pode esquecer que a lei das domésticas votada recentemente no

Brasil, produziu um ruidoso debate questionando-se a pertinência e necessidade da mesma, em que discursos efusivos sinalizavam tratar-se de direitos exagerados e que iriam resultar em demissões em massa. É bom lembrar que os direitos em pauta, não eram mais nem menos do que os demais trabalhadores já possuem há décadas. A resposta

de parte da sociedade a essa questão, lembra os discursos do final do século 19, em que se apontava a abolição da escravidão como uma irresponsabilidade, pois levaria o Brasil a um colapso econômico. São comportamentos desse tipo que demonstram o quanto temos que evoluir como sociedade, para superar a cultura da "casa grande e senzala" e passarmos a lutar por toda a forma de exploração, opressão e indignidade cometida contra qualquer membro da comunidade humana, sob o risco de retrocedermos como civilização e voltarmos ao estado de natureza, em que o que vale é vontade do mais forte.

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS
é doutor em Ciências Sociais e professor
do departamento de Administração
da Universidade Estadual de Londrina

*A maioria das pessoas
traficadas é pobre ou
está em situação de
grande vulnerabilidade
social e econômica*

06 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Homicídios e segurança pública

A violência urbana pode ser considerada um dos principais problemas da vida moderna. Homicídios, latrocínios, tráfico de drogas, roubos e agressões têm tirado a tranquilidade dos moradores, principalmente nas grandes cidades. Reportagem de hoje desta FOLHA mostra o outro lado dessa vertente. Dos 399 municípios do Paraná, 138 não registraram nenhum homicídio no ano passado, segundo levantamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Em 2012, foram 133 cidades.

O número de assassinatos caiu de 3.135 (2012) para 2.572 (2013), redução de 17,95%. Das 138 cidades, todas têm menos de 20 mil habitantes e 77 não registram crimes contra a vida desde 2012. Se em pequenos municípios a maioria das ocorrências cometida apresenta outro perfil, como agressões, violência doméstica, roubos e furtos há que se desenvolver um trabalho voltado à prevenção desse tipo de crime.

Apesar da redução geral dos homicídios registrados em todo o Estado e do aumento real do efetivo policial, os quadros da Polícia não estão completos. Tanto que as principais queixas se referem à falta de um delegado ou de mais policiais civis e militares nas pequenas cidades. Outro indicativo importante é o aumento de explosões de caixas eletrônicas nesses locais. Ações e fugas cinematográficas têm se tornado relativamente comuns nesses municípios, o que não acontecia anos atrás. Portanto, o policiamento ostensivo se faz necessário.

Outro ponto importante é a “sensação de insegurança” presente em praticamente todos os municípios. Além de conviver com atos de violência, o medo de ser a “próxima vítima” é que corrói a vida em sociedade porque tolhe a liberdade das pessoas. E isso precisa ser devolvido à população. É fato que apenas o trabalho policial não resolverá todos os problemas de segurança, a questão é mais ampla. A solução passa por ações integradas entre melhorias da educação, do atendimento à saúde e da oferta de empregos. A partir do momento em que todos tiverem mais oportunidades, os índices de criminalidade cairão naturalmente.

Falência decretada

São desanimadores os dados divulgados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre a dívida ativa da Previdência Social, ao final de 2013.

Atingiu exatos R\$ 275.302.815.018,08.

Houve um crescimento de 8,58%, em relação a 2012.

Os créditos não previdenciários (tributários e não tributários) alcançaram R\$ 997.878.075.967,12. Cresceram mais: 9,09%.

A PGFN recuperou em 2013 apenas R\$ 4.735,148,773,61, para alegria e glória dos devedores.

Qualquer quitanda ou multinacional ou um grande banco que tenha recuperação de crédito tão inexpressiva não resistiria e teria sua falência decretada.

Isto, no mínimo, denota desleixo, descompromisso, desprezo e descaso com a coisa pública, em particular com o cidadão brasileiro que contribui para a Previdência Social, sonhando em ter uma aposentadoria digna e que lhe assegure uma velhice tranquila.

O nível da dívida ativa na PGFN alcançou recorde histórico de R\$ 1,210 trilhão, quase 90% de débitos tributários. A PGFN conta com 2.098 procuradores, 1.333 servidores e 118 unidades e um estoque de 6,8 milhões de processos.

Pelo volume, qualquer turista do Gabão, menos desavisado, pode concluir que a dívida jamais será cobrada. Os devedores podem comemorar.

No caso da Previdência, o que surpreendentemente alarma é que a dívida voltou a patamares do tempo em que a decadência era de dez anos. Como se sabe, com a infausta decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que a reduziu de dez para cinco anos, 50% da dívida da época virou pó! Os devedores comemo-

raram com champagne francesa, proseco italiano e espumante gaúcho.

Preocupa-nos também que a Receita Federal do Brasil nada divulga sobre a dívida administrativa, cujo volume historicamente elevado, quando o TCU investigava, hoje é guardado a sete chaves e disponível apenas para os devedores que, aliados aos políticos caçadores de financiamento eleitoral, correm atrás de Refis do Refis.

A Previdência Social torna-se vítima. Os contribuintes são vilmente tungados. Os aposentados recebem benefícios cada vez mais minguados, menos de dois salários mínimos na média da concessão e da manutenção. As pensões se transformaram em queijos suíços.

É uma situação preocupante, principalmente porque não se vê esforço, empenho, diretriz, ação forte para profissionalizar a gestão de recuperação de créditos, uma das "commodities" da área financeira. Não precisa reinventar a roda. Basta ver o que fazem os bancos, as financeiras e as seguradoras para recuperar crédito. O mais simples é se

ver no Brasil um carro ser apreendido na rua por que o comprador não pagou a prestação.

No fulcro da causa está a crença de que a Receita só arrecada na fonte. Aí o Leão vira leão, com juba, garras afiadas e baba excessiva.

Francamente, como previdenciário, me causa indignação que ministros, dirigentes do INSS, da Dataprev, da Receita Federal do Brasil, da AGU, da PGFN, se comportem passivamente diante da montanha de recursos, que pode chegar a R\$ 300 bilhões em 2014, seja esquecida.

PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA é vice-presidente Executivo da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasp)

*Qualquer quitanda
ou multinacional ou
um grande banco
que tenha recuperação
de crédito tão
inexpressiva não
resistiria e teria
sua falência decretada*

07 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

STF concede liminar para Fábio Camargo voltar ao TCE

Ex-deputado poderá reassumir vaga de conselheiro

O ex-deputado Fábio Camargo conseguiu, no Supremo Tribunal Federal, uma liminar para voltar ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). A determinação, concedida pelo ministro Gilmar Mendes, é mais um capítulo da eleição do ex-parlamentar para o cargo.

Camargo foi eleito em julho de 2013, pelos então colegas da Assembleia Legislativa do Paraná. Na ocasião, ele recebeu 27 votos. Logo após a posse dele como conselheiro do



Camargo conseguiu liminar no STF para voltar

TCE-PR, a eleição começou a ser questionada na Justiça. Entre os motivos estão, por exemplo, o nú-

mero de votos que ele recebeu e o fato de ter apresentado certidões positivas sobre a existência de pro-

cessos criminais contra ele, enquanto o edital de inscrição para o cargo exigia certidões negativas.

07 ABR 2014

BEM PARANÁ

KARLOS
KOHLEBACH

Mais um paranaense de olho no STJ

Nem bem o ministro paranaense Néfi Cordeiro se instalou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e mais um desembargador nascido no estado disputa uma vaga em Brasília. Joel Ilan Paciornik é desembargador no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, e um dos 14 magistrados que estão disputando a vaga deixada pela ministra Eliana Calmon — aposentada em dezembro de 2013. Nesta quarta-feira a lista de candidatos será avaliada pelo pleno do STJ. Dela, sairão os escolhidos para compor a lista tríplice a ser enviada à presidente Dilma Rousseff.

Portaria

Juiz não pode editar portaria para proibir o depoimento de testemunha que não apresente documento de identificação. A decisão é do CNJ.

Responsabilidade

O Estado não responde subsidiariamente em contrato de trabalho celebrado por associações de pais e mestres. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

Simpósio

Nomes de peso do direito previdenciário estarão reunidos nos dias 24 e 25 de abril no XX Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário que acontece na OAB de Londrina-PR e irá discutir temas polêmicos como Perícias Médicas, Aposentadoria Especial, Prescrição e Decadência Previdenciárias e Aposentadoria dos Trabalhadores Rurais. Inscrições no site www.ibdp.org.br até 22 de abril. Informações: e-mail eventos@ibdp.org.br / telefone: (41) 3045 - 8351

Consórcio

Quem desiste de consórcio deve receber a devolução do fundo de reserva, na proporção do que foi pago. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Semiaberto

O preso no regime semiaberto pode deixar o presídio durante o dia para trabalhar em sua própria empresa, cabendo ao sistema prisional a devida fiscalização. O entendimento é da 3ª Câmara Criminal do TJ do Rio Grande do Sul.

Aviso-prévio

Sobre o a aviso-prévio indenizado não incide contribuição previdenciária. O entendimento é da 8ª Turma do TST.

Alimentos

Pai e filho podem firmar acordo para extinguir ação de execução de alimentos. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Prisão

O réu não pode permanecer preso apenas pela incapacidade de pagar a fiança. O entendimento é da 2ª Turma do STF.

Direito Sumular

Súmula nº 429 do TST- Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

07 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Vista suspende julgamento sobre indenização por falta de revisão anual em vencimentos

Após o voto-vista da ministra Cármen Lúcia, que reconheceu o direito de servidores públicos paulistas de receberem indenização por não terem sido beneficiados por revisões gerais anuais – acompanhando o entendimento do ministro Marco Aurélio (relator) –, e do voto do ministro Luís Roberto Barroso, que divergiu dessa posição, o ministro Teori Zavascki pediu vista dos autos do Recurso Extraordinário (RE) 565089. O caso, com repercussão geral reconhecida, voltou ao Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na sessão da última quinta-feira

Os autores do recurso afirmam que não buscam obter, na Justiça, qualquer espécie de reajuste ou aumento nos vencimentos, mas apenas indenização pelas perdas inflacionárias sofridas nos últimos anos, por conta da omissão do Estado de São Paulo que, desrespeitando o disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, não concedeu a revisão geral anual para os servidores públicos estaduais.

05 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Ipea: 26%, e não 65%, apoiam ataque

Instituto reconhece erro em pesquisa na qual dois terços dos brasileiros supostamente concordavam com assédio a mulheres que usam roupas que mostram o corpo

Da Redação, com agências

Durante uma semana, as ruas do país e as redes sociais foram tomadas por uma gente indignada com o machismo do brasileiro expresso em uma pesquisa divulgada dia 26 de março pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pela consulta popular, 65% da população concordavam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Houve protestos e a presidente Dilma Rousseff chegou a dizer que o país tem “muito o que avançar no combate à violência contra a mulher”. Ontem, o Ipea disse que errou. O percentual correto é 26%.

Em razão da pesquisa, a jornalista Nana Queiroz, de Brasília, lançou um protesto chamado “Eu não mereço ser estuprada”, que se espalhou pelas redes sociais, com fotos de homens e mulheres reproduzindo a frase em fotos pessoais. Pelo Twitter, ela disse ter sido ameaçada de estupro devido à repercussão da

campanha e recebeu a solidariedade de Dilma. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, também aderiu à campanha e publicou foto com os dizeres “As mulheres não merecem ser estupradas”.

A repercussão da pesquisa foi tão intensa que até mesmo a presidente Dilma Rousseff pronunciou-se sobre o tema e demonstrou solidariedade à jornalista Nana Queiroz. O diretor de Estudos e Políticas Sociais do instituto, Rafael Guerreiro Osório, pediu sua exoneração assim que o erro foi detectado. Na verdade, o Ipea cometeu duas falhas na divulgação da pesquisa.

“Vimos a público pedir desculpas e corrigir dois erros nos resultados de nossa pesquisa ‘Tolerância social à violência contra as mulheres’, divulgada em 27/03/2014. O erro relevante foi causado pela troca dos gráficos relativos aos percentuais das respostas às frases “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” e “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, admitiu o órgão, que é vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Segundo o Ipea, a pesquisa ouviu 3.810 pessoas entre maio e junho do ano passado em 212 cidades. Do total de entrevistados, 66,5% são mulheres. Na verdade, 58,4% dos brasileiros ouvidos afir-

maram discordar totalmente da afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Fatia de 13,2% disse concordar totalmente e parcela de 12,8% disse concordar parcialmente.

“Corrigida a troca, constata-se que a concordância parcial ou total foi bem maior com a primeira frase (65%) e bem menor com a segunda (26%). Com a inversão de resultados entre as duas questões, relatamos equivocadamente, na semana passada, resultados extremos para a concordância com a segunda frase, que, justamente por seu valor inesperado, recebeu maior destaque nos meios de comunicação e motivou amplas manifestações e debates na sociedade ao longo dos últimos dias”, cita a nota do Ipea divulgada ontem.

Outro erro envolveu a frase “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. Na verdade, nesse caso, 42,7% dos consultados disseram, nesta versão corrigida da pesquisa, concordar totalmente; 22,4% afirmaram concordar parcialmente. Fatia de 24% disse discordar totalmente e 8,4%, discordar parcialmente. O Ipea cita que a “correção da inversão dos números entre duas das 41 questões da pesquisa enfatizadas acima reduz a dimensão do problema anteriormente diagnosticado no item que mais despertou a atenção da opinião pública”.

CONTINUA

05 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Falta mudar a cabeça de 26%, diz ativista

■ A organizadora do protesto online #Nãomereçoserestuprada, Nana Queiroz, 28 anos, disse estar feliz com o erro na pesquisa do Ipea. Ontem, o órgão do governo federal divulgou uma nota que altera de 65,1% para 26% o percentual das pessoas que concordam, total ou parcialmente, com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Outros 70% discordam total ou parcialmente e 3,4% se dizem neutros.

“A gente está celebrando porque o cenário não é tão ruim quanto imaginávamos. Mas não quer dizer que os 26% seja bom. Precisamos lutar para que [o índice] seja zero”, disse Nana, escritora e jornalista. Na semana passada, após a divulgação da pesquisa, ela organizou um protesto virtual contra o machismo no país. Milhares de mulheres publicaram no Facebook fotos sem roupa, da cintura para cima, com cartazes cobrindo os seios e frases como “Eu não mereço ser estuprada”.

Depois de publicar sua foto e divulgar o protesto, a escritora foi ameaçada de estupro em posts no Facebook. Hoje, Nana esteve na sede da Polícia Federal de Brasília, cidade onde mora, para tentar identificar

os autores das ameaças. Na segunda-feira, a presidente Dilma Rousseff manifestou seu apoio à campanha criada por Nana. Em seu Twitter oficial, a presidente disse que “nenhuma mulher merece ser vítima de violência, seja física ou sob a forma de ameaça”, ao declarar repúdio a ameaças contra a organizadora do ato.

“A jornalista @nanaqueiroz se indignou com os dados da pesquisa do @ipeaonline sobre o machismo na nossa sociedade #respeiteasmulheres”, disse Dilma. “Por ter se manifestado nas redes contra a cultura de violência contra a mulher, a jornalista foi ameaçada de estupro.”

CONTINUAÇÃO

Mesmo após a correção, o instituto cita que “os demais resultados se mantêm, como a concordância de 58,5% dos entrevistados com a ideia de que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. A errata é assinada por Rafael Guerreiro Osorio e Natália Fontoura, autores do estudo. O Ipea afirma que as conclusões gerais da pesquisa continuam válidas, “ensejando o aprofundamento das reflexões e debates da sociedade sobre seus preconceitos”.

“Vimos a público pedir desculpas e corrigir dois erros nos resultados de nossa pesquisa ‘Tolerância social à violência contra mulheres’.”

Ipea, em nota divulgada ontem

Depois da pesquisa do Ipea, o ex-governador gaúcho Olívio Dutra também aderiu à campanha contra o estupro.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O QUE É

Estudos do Ipea servem de base técnica para as ações do governo federal

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Ele exerce atividades de pesquisas que servem de base técnica para as ações do governo em planejamentos de políticas públicas, programas sociais e de desenvolvimento. Os dados e informações do Ipea são disponibilizados através de publicações, seminários e programas de tevê fechada. O Ipea visa difundir o conhecimento a auxiliar no desenvolvimento brasileiro sob

vários aspectos da conjuntura do país. Tem como desafio formular uma estratégia de desenvolvimento nacional, além de se integrar no governo federal, no debate internacional sobre o tema de desenvolvimento, e gerenciar todo o conhecimento gerado.

O instituto dispõe do Ipeadata, uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais. Essas informações são de acesso gratuito e têm como base o histórico das alterações de valor e nome da moeda nacional do Brasil. Aborda também temas sobre população, emprego, renda, produtividade do país, consumo e ritmo de vendas, além de balanços da economia.

! Especialistas apontam uma série de problemas no levantamento do Ipea, que não refletiria, necessariamente, o pensamento do brasileiro médio. A entrevista foi dada ao portal R7. Para o economista Adolfo Sachsida, que já trabalhou em estudos como esse para o Ipea, o mais grave dos problemas é a amostra da pesquisa. O instituto ouviu 3.810 pessoas em todo o Brasil, 66,5% dessas são mulheres, 15% a mais do que a proporção de mulheres na população geral. O economista Marcos Fernandes, da Fundação Getúlio Vargas, questiona a formulação de boa parte das perguntas da pesquisa. Para ele, o levantamento tem valor ao estudar a percepção da violência, mas não tem valor científico. É um erro aferir a opinião das pessoas usando ditos populares como "a roupa suja deve ser lavada em casa", afirmação com a qual 89% dos entrevistados concordaram e "em briga de marido e mulher não se mete a colher", com 82% de aprovação entre os ouvidos pelo Ipea.

CORREÇÃO DO IPEA

Entre os 3.810 entrevistados pelo Ipea, os percentuais corretos destas duas questões são os seguintes:

	Discorda total ou parcialmente	Neutro	Concorda total ou parcialmente
Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar	32,4%	1,9%	65,1%
Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas	70%	3,4%	26%

Fonte: Ipea. Infografia: Gazeta do Povo.

PRESTÍGIO

O presidente do Ipea, Marcelo Neri, diz que o erro cometido na pesquisa sobre violência sexual contra as mulheres não descredencia o órgão nem a própria pesquisa. Neri afirmou que a sondagem ainda expõe números preocupantes com relação ao machismo no Brasil. "Os resultados mudam em grau, mas não no teor da pesquisa. O Ipea é vítima do sucesso da pesquisa. Os 65% não tinham sido nem destacados, mas chamaram a atenção, com razão", diz. Para Neri, o número denuncia uma sociedade "problemática", mas "irrequieta". "A impressão é que as cicatrizes mudaram de lugar, mas continuam presentes", afirma. O presidente do Ipea refuta que tenha havido qualquer falha de procedimento na elaboração da pesquisa. "Foi um erro. Erros acontecem. Tal como sai no jornal uma resposta a um dado errado, saiu do Ipea essa errata", finalizou Neri.

05 ABR 2014

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Barbosa fica no STF e já não pode mais ser candidato

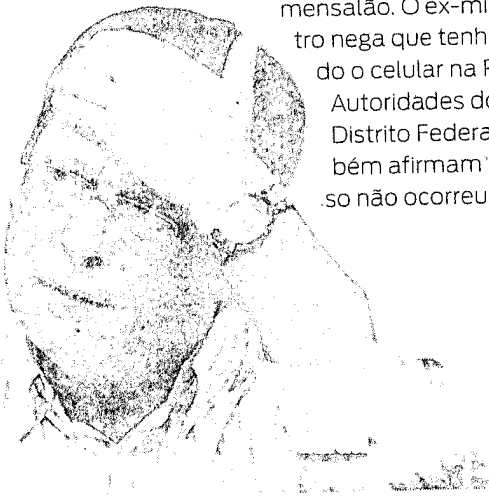
Contrariando prognósticos de colegas da Corte e de políticos, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, não renunciou ontem ao cargo, prazo limite para magistrados deixarem os postos a fim de concorrer nas eleições de outubro. Caso renunciasse, teria de se filiar hoje a um partido para se habilitar ao pleito. Ele chegou cedo ao Supremo, cumpriu uma agenda normal de despachos e deixou o tribunal por volta das 17h30. Técnicos do Tribunal Superior Eleitoral afirmaram que Barbosa teria de protocolar até o fim desta sexta o pedido de aposentadoria ou exoneração.

Sigilo contestado

O Ministério Público do Distrito Federal protocolou ontem uma ação cautelar no Supremo Tribunal Federal (STF) que envolve quebra de sigilo telefônico contra o ex-ministro da Casa Civil **José Dirceu (foto)**. Condenado por envolvimento com o esquema do mensalão e cumprindo pena desde novembro, o ex-ministro é suspeito de ter usado um telefone celular no complexo penitenciário da Papuda. O documento cita a quebra de sigilo telefônico, conforme o andamento do caso no sistema processual do STF. O pedido deverá ser analisado em breve pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa,

que foi o relator do processo do mensalão. O ex-ministro nega que tenha usado o celular na Papuda. Autoridades do Distrito Federal também afirmam que isso não ocorreu.

Maurício Lima/ AFP



Quem fiscaliza o TC?

A Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil vai enviar nota à presidente Dilma e aos presidentes da Câmara e do Senado recomendando a criação do CNTC. Seria equivalente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fiscalizando os tribunais de contas de todo o país. A mesma nota pede que seja respeitada a Constituição nas indicações de conselheiros de TCs. Entre os critérios constitucionais estão a idoneidade e exigência de conhecimento técnico.

Levantando suspeitas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes afirmou ontem que "tem sérias dúvidas" a respeito da opinião da maioria dos magistrados da Corte sobre o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. Seis dos 11 ministros do STF já votaram contra o atual modelo de doações. "Partidos com forte base social podem simular doações individuais e, na verdade, estão fazendo apenas lavagem de dinheiro. Eles vão estar transferindo esse dinheiro para pessoas para que elas façam doações. Isto não é razoável", disse.

Homem que matou a família é condenado a 150 anos de prisão

Acusado de um crime que chocou Enéas Marques, cidade do Sudoeste do Paraná, o agricultor Gilmar Reolon, 49 anos, foi julgado e condenado a 150 anos de prisão em regime fechado. A sentença foi anunciada na quinta-feira no Tribunal do Júri da Comarca de Francisco Beltrão. Reolon é réu confesso da morte de seis pessoas, entre elas dois filhos, a mulher e a sogra em janeiro de 2010. Após praticar o crime, ele colocou fogo na residência e fugiu. Durante três anos, viveu escondido em uma mata. Ele montou uma espécie de cabana e ficou acampado até ser descoberto pela polícia em janeiro do ano passado. O agricultor confessou ainda ter matado, oito meses antes, o próprio pai, Otávio Reolon, 65 anos.

Aluna da Unesp é vítima de racismo em Presidente Prudente

A estudante Thais Evandra de Carvalho Telles dos Santos, de 26 anos, registrou um boletim de ocorrência por injúria após ter sido vítima de racismo. Na quinta-feira, ao entrar no banheiro feminino da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Presidente Prudente (SP), onde estuda, encontrou a mensagem: "Thais Telles, preta, safada, macaca". Colegas da universitária repudiaram o insulto e protestaram com batucada, exibindo faixas com frases contra o racismo. "Por uma Unesp livre do racismo" e "com quanto racismo e machismo se faz uma Geografia cinco estrelas", diziam as mensagens. A Delegacia da Mulher vai investigar o caso.

05 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Reunião no TRT afasta risco de nova greve de ônibus

Raphael Marchiori

Uma audiência realizada ontem na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região (TRT-9.^a), pôs fim a um indicativo de greve aprovado pelo Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) no último dia 1.^o. A categoria solicitou a reunião devido ao temor de que os empresários não pagassem os salários reajustados em 9,28% no 5.^o dia útil deste mês, data em que esses trabalhadores receberão pela primeira vez o novo salário.

Compareceram à reunião representantes da Urbs; Comec, órgão estadual responsável pela região metropolitana; Setransp, sindicato que representa as empresas de ônibus; e do próprio Sindimoc. De acordo com Anderson Teixeira, presidente do sindicato dos trabalhadores, o encontro teve um desfecho positivo. “O objetivo da reunião era que os empresários se comprometessem a realizar o pagamento de todos os trabalhadores e isso ocorreu”, afirmou Teixeira.

Reajuste

O reajuste de 9,28% nos salários de motoristas e cobradores, com ganho real de 4,02%, foi conquistado pela categoria após quatro dias de greve — entre 26 de fevereiro e 1.^o de março. A paralisação foi encerrada em assembleia no dia 1.^o de março, um sábado.

Como a data-base é dia 1.^o de fevereiro, a categoria passou então a aguardar o pagamento retroativo ao período em que ficou sem o reajuste — o que está previsto para ocorrer no próximo dia 7.

Uma petição do Setransp no TRT-9.^a, porém, colocou em alerta o Sindimoc. No dia 28 de março, o sindicato patronal protocolou documento no qual mostrava preocupação em relação à indefinição sobre a nova tarifa técnica. A indefinição desse valor, dizia o sindicato, colocava em risco o pagamento reajustado dos trabalhadores.

Mas o temor durou pouco. Na última terça, o sindicato comunicou à imprensa que havia recebido a planilha com a nova tarifa técnica da Rede Integrada de Transportes (RIT), que foi reajustada em 9% — passando de R\$ 2,93 para R\$ 3,18. Como esse comunicado não estava protocolado no TRT-9.^a, o Sindimoc manteve o pedido pela audiência de ontem.

De acordo com o TRT-9.^a, entre o dia 28 e ontem as empresas de ônibus levantaram outro problema: a prefeitura de Curitiba já estaria repassando às empresas que operam na RIT o novo valor da tarifa técnica, mas o mesmo não estaria ocorrendo com as linhas metropolitanas que operam fora da rede integrada.

Na audiência de ontem, diz o TRT-9.^a, esse novo impasse foi resolvido com o governo estadual se comprometendo a repassar o valor reajustado da nova tarifa técnica

em até sete dias úteis para as linhas metropolitanas não integradas. Já os empresários teriam se comprometido a pagar os salários reajustados dos trabalhadores dessas linhas, assim como aos demais da RIT, já no próximo dia 7.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

05 ABR 2014

DE OLHO NO LEÃO Dano moral e férias

As verbas recebidas por pessoas físicas a título de indenização por dano moral, em razão de acordo ou decisão judicial, sempre foram consideradas pela Receita Federal como receitas tributáveis pelo Imposto de Renda, na fonte e na declaração de ajuste anual.

Esse absurdo perdurou por muitos e longos anos na esfera administrativa da administração tributária federal. Após incontáveis vitórias dos contribuintes na Justiça, com retumbantes e caudalosas decisões contrárias ao entendimento do Leão, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional baixou, em 2011, um ato declaratório reconhecendo a improcedência da exigência.

A partir de então, as fontes pagadoras ficaram desobrigadas da retenção do tributo supostamente devido, e a Receita Federal não mais constituiu créditos tributários relacionados à matéria, nem enforcou os súditos por meio de execuções fiscais.

O contribuinte que eventualmente tenha sofrido tributação na fonte sobre essas verbas e as lançou na declaração como rendimentos tributáveis para restituir o IR retido na fonte, deverá retificar a declaração, informando o valor total da indenização no campo dos ganhos isentos e não-tributáveis. O imposto retido será restituído integralmente, com correção pela taxa Selic.

Férias

Anteriormente a essa oportunidade e justa orientação, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, igualmente diante de muitas derrotas judiciais, já havia emitido idêntico posicionamento, desta feita beneficiando trabalhadores com direito a férias. Estabeleceu que não são tributados os pagamentos efetuados sob as rubricas de abono pecuniário relativo à conversão de 1/3 do período de férias.

Assim, a pessoa física que recebeu tais rendimentos com desconto do IR na fonte e que incluiu esses valores na declaração de ajuste anual como tributáveis, para pleitear a restituição da retenção indevida, deve apresentar declaração retificadora do respectivo período da retenção. No caso, a retificação destina-se a excluir o valor recebido a título de abono pecuniário de férias do campo "rendimentos tributáveis". O lançamento deverá ser feito no campo "outros" da ficha "rendimentos isentos e não tributáveis", informando-se a natureza do rendimento.

Da mesma forma, não são tributadas as férias não gozadas – integrais, proporcionais ou em dobro – convertidas em pecúnia. O mesmo se dá com o adicional de um terço constitucional quando agregado a pagamento de férias, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, aposentadoria ou exoneração

06 ABR 2014

» STF GAZETA DO POVO Mendes concede liminar e Fabio Camargo retorna ao TC

Euclides Lucas Garcia

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar na última sexta-feira reconduzindo Fabio Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR). O ex-parlamentar estava afastado do TC desde 27 de novembro, quando a desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), também por meio de liminar, entendeu que Camargo não havia apresentado a documentação necessária para concorrer à vaga e não teria obtido o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno para o cargo.

O site do STF ainda não disponibilizou a íntegra do despacho de Gilmar Mendes. Na página do órgão, é possível ter acesso apenas ao trecho final do acórdão, em que o ministro defere o pedido de liminar de Camargo, suspendendo a decisão que o afastou do TC. Mendes pede ainda que os interessados no caso, entre eles o governo do estado, a Assembleia Legislativa e o próprio TC, sejam comunicados com urgência.

Imbróglio

Ex-deputado estadual, Camargo foi eleito para a vaga no TC no dia 15 de julho do ano passado. Quarenta candidatos participaram da eleição. A posse ocorreu uma semana depois. Um dos postulantes à vaga, no entanto, o empresário Max Schrappe ingressou com um mandado de segurança no TJ em 17 de ou-

tubro, pedindo a anulação da votação. Na ação, ele argumentou que não pôde concorrer em condições de igualdade, pois o período para pedidos de impugnação de candidaturas teria transcorrido sem que se pudesse ter acesso aos documentos apresentados pelos candidatos.

O empresário alegou ainda que Camargo não entregou a documentação exigida para disputar a eleição. Segundo Schrappe, o ex-deputado apresentou as certidões negativas do 1.º grau judicial, mesmo sabendo que, por ter foro privilegiado, qualquer ação contra ele tramitaria no 2.º grau.

Outro questionamento foi em relação à votação de Camargo. Schrappe argumentou que, como os 54 deputados estaduais estavam presentes à sessão, o vencedor deveria obter pelo menos 28 votos para ser eleito no primeiro turno. Camargo teve 27 votos contra 22 do seu principal adversário, o também deputado Plauto Miró (DEM). Os dois, por serem candidatos, decidiram não votar. Seus votos foram considerados brancos.

Diante dos argumentos, a desembargadora Regina Afonso Portes decidiu, em 27 de novembro, que “uma análise sumária do processo em questão evidencia que as diligências realizadas pela Comissão Especial infringiram o princípio da isonomia, ao passo que somente o candidato Fabio de Souza Camargo teria sido beneficiado com a juntada ex officio da certidão de distribuição de processos faltantes (...)”.

Pela decisão, o ex-deputado deveria ficar afastado da função de conselheiro até o julgamento do mérito do caso pelo Órgão Especial do TJ, que não tem data para ocorrer. Ele, no entanto, ingressou com um agravo regimental no tribunal, a fim de retornar ao cargo até que o mérito fosse julgado. O pedido, porém, foi negado no último dia 31 pela instância máxima do Judiciário paranaense.

Gustavo Sartor de Oliveira, um dos advogados de Max Schrappe, afirmou que o caminho natural, segundo ele, é recorrer. Procurados por telefone, Fabio Camargo e os advogados dele não foram encontrados para comentar o assunto.

CONSEQUÊNCIA

Agora é incerta uma nova eleição para o cargo de conselheiro

Antes da decisão do ministro Gilmar Mendes, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB) havia anunciado na quarta-feira passada uma nova eleição para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR), prevista para acontecer até o fim de abril. O projeto que anula parcialmente a última eleição e reinicia o processo seria lido na sessão de amanhã (dia 7). A decisão da Assembleia baseou-se na confirmação do afastamento de Camargo determinada pelo Órgão Especial do TJ na sessão do último dia 31.

GAZETA DO POVO

» REGALIAS AOS PRESOS

CNJ suspende processo contra juiz do mensalão

Da Redação

O corregedor substituto Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gilberto Valente Martins, mandou suspender o procedimento administrativo contra o juiz Bruno André Silva Ribeiro — que até o dia 2 de abril atuava na Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal e era responsável por acompanhar o cumprimento da pena dos condenados no processo do mensalão que estão presos em Brasília. O procedimento teve início depois que Ribeiro solicitou informações ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), sobre providências para acabar com supostos privilégios dos condenados do mensalão no presídio da Papuda. Havia denúncias de que eles recebiam visitas em horários distintos dos demais detentos e teriam alimentação especial.

Agnelo enviou cópia do ofício com suas respostas ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF), que instaurou o procedimento para apurar eventual falta disciplinar do juiz. O presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, porém, determinou que a corregedoria do órgão mandasse o TJ-DF suspender a investigação.

Na decisão, Martins estabelece que o processo administrativo da Justiça de Brasília seja encaminhado ao CNJ. A corregedoria do CNJ também vai reexaminar “a legalidade, conveniência e oportunidade dos atos administrativos” do TJ-DF contra Ribeiro. Além de ter de responder a processo interno, o juiz também foi transferido para outra vara.

06 ABR 2014

06 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» RELAÇÕES HUMANAS

É preciso focar nos homens para proteger as mulheres da violência

Iniciativas isoladas demonstram que ajudar o agressor a reconstruir a própria masculinidade é tão importante quanto ajudar a mulher agredida

Adriana Czelusniak

Tratar da violência contra a mulher sem oferecer atendimento ao homem agressor é como secar o chão com a torneira aberta. A afirmação é do pesquisador do Grupo de Estudos de Gênero da UFPR Ricardo Bortoli, mas ela vem, aos poucos, tornando-se consenso no meio acadêmico e fora dele.

No Brasil, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas por homens com quem mantêm ou mantiveram algum tipo de vínculo, segundo estudo da Fundação Perseu Abramo. Para combater essa realidade, desde 2006 a Lei Maria da Penha determina que os homens que se envolvem em situação de violência doméstica ou familiar sejam envolvidos em atividades de reeducação e reabilitação. Mas são poucas as iniciativas nesse sentido, e a falta de dados so-

bre quem comete a agressão também dificulta que políticas públicas sejam criadas para esse fim. “Existem muitas pesquisas que trazem a quantidade e o perfil das vítimas de violência, além da narrativa das mulheres, mas informações sobre os homens você não encontra”, afirma Bortoli.

Percepção social

O estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou como a questão da desigualdade de gêneros e o tabu da violência doméstica ainda influenciam a opinião da sociedade. Entre os resultados, 79% dos entrevistados concordam que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Já a pesquisa Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher, encomendada pelo Instituto Avon em 2013 e focada mais na violência de gênero, revelou que 16% dos homens assumem ter sido violentos com a atual ou a ex-companheira (conheça mais as duas pesquisas no gráfico).

Um dos maiores desafios de atendimento ao agressor é o fato de os homens terem dificuldade de se identificarem como alguém violento e — consequentemente — criminoso, segundo a socióloga Mariana Corrêa de Azevedo.

“Temos de desmistificar a ideia de que o homem agressor não é um ser humano comum e que não pode ser, por exemplo, o profissional que está trabalhando ao nosso lado. Além disso, eles devem ser ajudados a dialogar, a falar sobre seus problemas, algo que não é comum no mundo masculino”, afirma.

Prisão

Atualmente, o homem que comete agressão pode ser preso em flagrante ou preventivamente, para garantir a integridade física da vítima, e cumpre a pena conforme o Código Penal. No entanto, de acordo com a juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba, Luciane Bortoleto, além do processo judicial com atribuição de pena, é preciso trabalhar o agressor sob outros aspectos. “O crime praticado no ambiente doméstico tem particularidades pela questão da relação de afeto, existente ou passada, entre as partes envolvidas. É uma criminalidade diferente e precisa ser tratada de forma diversa”, afirma.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

PERCEPÇÃO CONTINUAÇÃO

Duas pesquisas nacionais recentes se destacaram por expor a visão da sociedade em relação à questão de gênero.

PAPÉIS

Pesquisa do Ipea revelou um pouco do que pensa a população brasileira sobre o papel da mulher e sobre a sua relação com o homem. Acompanhe os resultados:

	Discorda total ou parcialmente	Neutro	Concorda total ou parcialmente
Os homens devem ser a cabeça do lar	33% 	3%	64%
A mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade	65% 	6%	27%
Em briga de marido e mulher não se mete a colher	19% 	2%	79%
Quando há violência, os casais devem se separar	13% 	2%	85%
Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia	7% 	2%	91%
A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos	82% 	2%	16%
Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar	32% 	2%	65%

Metodologia: nos meses de maio e junho de 2013, 3,8 mil pessoas maiores de 16 anos foram ouvidas, em 212 municípios.

A VIOLÊNCIA

A pesquisa Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a mulher mostrou as agressões que os homens admitiram ter cometido contra a parceira:

Xingou	53%
Empurrou	19%
Ameaçou com palavras	9%
Deu um tapa	8%
Impediu de sair de casa	7%
Arremessou algum objeto durante a briga	6%
Humilhou em público	5%
Deu um soco	4%
Obrigou a fazer sexo	2%
Ameaçou com uma arma	1%

41%

conhecem um homem que já foi violento com a parceira

16%

dos homens admitiram ter sido violentos com a companheira

Metodologia: nos meses de agosto e setembro de 2013, 1,5 mil pessoas maiores de 16 anos foram ouvidas, em 50 municípios.

Fonte: Ipea e Instituto Avon. **Infografia:** Gazeta do Povo.

06 ABR 2014

CONTINUAÇÃO

26%

dos entrevistados pela pesquisa do Ipea concordaram que mulheres com roupas curtas merecem ser estupradas, e não 65%, como havia sido divulgado no dia 27 de março. O Ipea assumiu o erro na última sexta-feira e informou que os outros resultados, parte deles expostos no quadro ao lado, se mantêm.

“Todos os poucos grupos que existem para homens estão muito longe do ideal para atender o que a Lei Maria da Penha traduz como atividades de reeducação e reabilitação do agressor.”

Luciane Bortoleto, juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba.

CONTINUA

06 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INICIATIVAS

Grupos de apoio aos homens são raros

Ainda são poucas as iniciativas voltadas à reabilitação do homem agressor no país. A ação pioneira surgiu em Blumenau (SC), por liderança do pesquisador da UFPR Ricardo Bortoli, que coordena o curso de Serviço Social na Universidade Regional da cidade, a Furb. Desde 2004, 125 homens, entre condenados e voluntários, foram atendidos em reuniões socioeducativas. Já no Paraná, apenas Curitiba, Ponta Grossa e Londrina têm ou tiveram alguma ação.

Na capital paranaense, desde 2010, parte dos agressores condenados tem sido enviada para o Grupo Guia, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba. Mas ainda há um imenso abismo entre os atendimentos prestados às vítimas e aos agressores. Em 2013, enquanto 3.313 mulheres participaram do grupo de apoio do Juizado, apenas 63 homens frequentaram os quatro encontros do grupo Guia, como uma das medidas cautelares substitutivas da prisão ou como condição para a liberdade provisória.

Em Ponta Grossa, o Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da UEPG é que toca iniciativa semelhante. E em Londrina, o projeto "Caminhos", que já atendeu 200 homens condenados ou envolvidos em medidas protetivas, está suspenso. Financiado pelo Ministério da Justiça inicialmente, ele deve ser assumido pelo governo ainda neste ano, por iniciativa da secretaria estadual de Justiça (Seju).

No país, trabalhos semelhantes vêm sendo desenvolvidos, ainda, em São Gonçalo (RJ) e São José do Rio Preto (SP). (AC)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO
ENTREVISTA

06 ABR 2014

ALGACIR MIKALOVSKI, coordenador geral do Núcleo de Pesquisas em Segurança Pública e Privada, professor da UTP e presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal do Paraná.

Não deveria sobrar para a delegacia

O senhor defende a atenção e o apoio ao homem autor de violência. O que torna esse olhar necessário?

A violência exercida contra a mulher é resultado de um fenômeno social e cultural, que vem do início da formação da nossa sociedade. O problema é o homem ter a mulher como objeto de satisfação de desejos sexuais e necessidades de sobrevivência. Quando o homem que pensa dessa forma acha que a mulher frustra alguma dessas expectativas, é desencadeada a violência. A reeducação dos homens é fundamental, assim haverá a mudança psicológica que vai evitar que se cometa a violência. É preciso que seja discutido na sociedade, individual e coletivamente, a forma como a mulher é vista socialmente e dentro de casa, pois muitas vezes o agressor não a vê como parceira e nem como alguém que está no mesmo plano que ele.

Como avalia o atendimento que o homem envolvido com violência de gênero tem recebido?

Infelizmente, trabalhamos de forma reativa. A batalha contra a violência tem se dado pelo trabalho da polícia. Mas quando a polícia age, já é tarde demais, pois já se tem uma vítima e uma situação irreversível. Uma delegacia não reconstrói uma família, pelo contrário, a delegacia age até com medidas de afastamento.

Qual seria o caminho para prevenir o problema?

A forma de mudar isso seria ter centros de apoio e tratamento de pessoas que se envolveram em agressão e das que tenham propensão à agressividade, tratando a violência de forma preventiva. Se você aumenta a rede de prevenção e de proteção e oferece apoio, tem muito menos gastos depois, com a questão reativa. É preciso ter um incremento federal, assim como é na segurança pública, mas a execução tem de estar no município. É necessário um trabalho conjunto, com a integração dos órgãos da área da saúde, do poder público, da polícia etc. O ideal é não esperar que o caso chegue à delegacia, mas na prática é para lá que tem sobrado o problema. (AC)

Responsabilidade individual

Seria ótimo que a certeza tão enfática a respeito da responsabilidade do estupro também fosse ressaltada no caso de outros crimes, especialmente o roubo e o assalto

Em uma de suas maiores falhas no passado recente (e que já custou a cabeça de pelo menos um diretor), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do governo federal, divulgou, no fim do mês passado, pesquisa segundo a qual 65% dos brasileiros culpariam — pelo menos parcialmente — a mulher pela violência de que é vítima, ao concordar com a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Na sexta-feira, o instituto reconheceu o erro e corrigiu o dado: o percentual dos que concordavam totalmente era de 13,2%; os que concordavam parcialmente eram 12,8%. Outros números foram mantidos. Diante da afirmação “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”, 35,3% concordaram totalmente e 23,2% concordaram parcialmente. Mesmo os dados corretos não deixam de ser preocupantes, apesar de outras questões do mesmo estudo mostrarem uma tolerância menor à violência, e outras pesquisas, especialmente a feita por Antônio Carlos Almeida no livro *A Cabeça do Brasileiro*, indicarem que a população costuma aceitar que estuprosores sofram castigos severos na prisão, incluindo a violação sexual. Essa aparente rejeição ao estupro, no entanto, não anula o fato de que os números do Ipea, mesmo corrigidos, são abomináveis — não é pouco que um quarto da população ache que há mulheres praticamente pedindo para ser violentadas.

Sob o impacto dos dados divulgados inicialmente, a reação da sociedade foi imediata. Na ação que contou com maior publicidade, famosas e anônimas posaram para fotos com a frase “eu não mereço ser estuprada”. Erros crassos do Ipea à parte, a indignação feminina — e masculina também, pois não foram poucos os homens que mostraram sua revolta com a tolerância à violência contra a mulher — é admirável, entre outros aspectos, por recordar uma verdade que costuma ser esquecida com certa frequência.

De quem é a culpa por um estupro? A culpa é sempre do estuproso, verdade reforçada insistentemente. Nada, absolutamente nada justifica um ato de agressão contra uma mulher. Infelizmente vivemos em uma sociedade hipersexualizada, em que a mulher é constantemente reduzida a objeto — a pornografia e as letras do funk estão aí para deixar bem clara a coisificação da mulher; ainda assim, nem mesmo o fato de haver mulheres que prestigiam esse tipo de produto cultural serve de desculpa para uma violência. Culpar a vítima é agredi-la uma segunda vez.

Seria ótimo que essa certeza tão enfática a respeito da responsabilidade do agressor também fosse ressaltada no caso de outros crimes, especialmente o roubo e o assalto. Muitos intelectuais, principalmente ligados à esquerda, são rápidos para encontrar todo tipo de desculpa que tire das costas do ladrão ou assaltante a responsabilidade pelo que fez. A culpa seria da pobreza, que empurra as pessoas para o crime; ou responsabiliza-se diretamente a vítima, que “ostentou” riqueza em uma sociedade miserável. Dois textos em especial são os manifestos dessa mentalidade. O artigo “Pensamentos de um ‘correria’”, que o rapper Ferréz publicou em 2007 na *Folha de S.Paulo*, é a reação à indignação do apresentador Luciano Huck, que teve seu relógio Rolex roubado em São Paulo. No texto, o rapper diz que, no fim, “todos saíram ganhando, o assaltado ficou com o que tinha de mais valioso, que é sua vida, e o correria ficou com o relógio”, um “rolo justo pra ambas as partes”. E em 2012, durante uma onda de arrastões em restaurantes paulistanos, o jornalista e doutor em Ciência Política Leonardo Sakamoto defendeu, em seu blog, que “ostentação em um país desigual como o nosso deveria ser considerado crime pela comissão de juristas que está reformando o Código Penal”.

Está mais que óbvio que há um duplo padrão aqui. Quem enfatiza — corretamente — a responsabilidade individual do estuproso não pode isentar o ladrão, o assaltante e até mesmo o assassino em nome de questões de classe social. O entorno tem, sim, sua influência sobre as ações humanas (e por “entorno” não falamos apenas de condições externas, mas também da própria formação moral que cada um recebe). Isso vale tanto para a desigualdade social quanto para a ideia de que a mulher não passa de objeto sexual — e é importantíssimo que a sociedade lute para reverter esse entorno. Mas a decisão final — puxar um gatilho, assaltar um transeunte, violentar uma mulher — é sempre do indivíduo. Recordar essa verdade é um dos méritos da indignação popular contra o estupro. Admitir que todo crime é resultado de uma decisão individual e que nenhuma vítima deve ser responsabilizada pela violência é uma questão não só de coerência, mas de profundo respeito pela liberdade do ser humano.

06 ABR 2014

GAZETA DO POVO

OLHO VIVO

Sob nova direção 1

Quando o ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar em 18 de fevereiro determinando que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) liberasse o empréstimo de R\$ 817 milhões do Proinveste ao Paraná, ele se baseava no entendimento existente até aquela data de que o estado encontrava-se em situação regular. Tal regularidade era atestada pelo Tribunal de Contas do Estado e deveria ser acatada, sentenciou Marco Aurélio.

Sob nova direção 2

Mesmo assim, o financiamento não chegou. Por quê?

Celso Nascimento

Porque, segundo a STN, apareceu contra o Paraná outra pendência: o estado deixara de cumprir, em 2013, a obrigação legal de investir 12% em saúde. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) – agora sob a direção de experientados profissionais – pôs-se em campo para convencer o ministro do STF de que ele estava sendo desrespeitado.

Sob nova direção 3

O raciocínio do novo procurador-geral, Ubirajara Gasparin, e do procurador-assistente Sérgio Botto, transmitido na petição que fizeram semana passada, é de que a constatação do déficit na saúde é posterior à liminar de 18

de fevereiro. Logo, tal questão não estava em julgamento e, portanto, não pode agora ser levantada para manter o bloqueio. O ministro Marco Aurélio concordou com o argumento e, outra vez, mandou a STN cumprir a liminar do mês passado.

Sob nova direção 4

Diante disto, é possível que a STN acabe por liberar o empréstimo do Proinveste ainda esta semana – talvez antes mesmo da reunião que seu chefe, Arno Augustin, terá quarta-feira, 9, com deputados federais e estaduais do Paraná para explicar-lhes os motivos que o impelem a não avaliar os financiamentos.

Vidas

Simulado para o TJ-PR

A Gazeta do Povo e o Curso Luiz Carlos realizam neste domingo um exame simulado para o cargo de técnico do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A partir das 19 horas, os vídeos com o gabarito e os comentários dos professores do curso estarão disponíveis no site do caderno Justiça & Direito (www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito).

06 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

TRF 4 prepara concurso para técnico e analista

Seleção será para formação de reserva e provas devem ocorrer em julho. Segunda-feira, começam as inscrições para cargo de juiz federal

Da Redação

Após o lançamento de concurso para o cargo de juiz federal substituto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4) prepara nova seleção ainda para este ano, voltada para as funções de analista e técnico. Com sede em Porto Alegre, o TRF 4 tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

De acordo com o departamento de comunicação do órgão, as oportunidades serão para formação de cadas-

tro reserva. Até o momento, ainda, não foi selecionada a empresa organizadora, porém, é previsto que o edital seja lançado em maio e que as provas ocorram em julho.

Para nível médio e técnico, haverá chances na carreira de técnico judiciário para os setores administrativo; segurança e transporte; apoio especializado e contabilidade; e apoio especializado e tecnologia da informação. Candidatos com diploma de graduação concorrerão ao posto de analista nas áreas judiciária; oficial de justiça avaliador federal; e apoio especializado e informática.

Inscrições

Começam nesta segunda-feira as inscrições para o concurso público para o cargo de juiz federal substituto da 4ª Região. O período de inscrições encerra no dia 6 de maio.

Para se inscrever, o candidato deverá preencher o formulário online de Re-

querimento de Inscrição Preliminar que estará disponível a partir das 13 horas de segunda-feira, no site www2.trf4.jus.br, na seção "concursos e estágios". A taxa de inscrição é de R\$ 190.

A prova objetiva seletiva está prevista para o dia 20 de julho. Para as provas escritas a previsão de data é de 31 de outubro, para a discursiva. Já no dia 1 de novembro deve acontecer a prova de prática de sentença civil, e no dia 2 de novembro a de prática de sentença penal. As datas das demais etapas serão divulgadas posteriormente.

Para concorrer, o candidato deve ser bacharel em Direito e ter pelo menos três anos de atividade jurídica exercida após a obtenção do grau de bacharel. A remuneração é de R\$ 23.997,19.

Mais informações podem ser obtidas diretamente com a comissão organizadora pelo e-mail concursojfs@trf4.jus.br.

07 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

STJ vai ter que justificar viagens



Um dia após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abrir uma investigação para apurar viagens ao exterior realizadas por ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para representar o então presidente do tribunal, Felix Fischer (foto), o ministro se manifestou sobre o assunto: "Estou decepcionado, minha gestão foi a que menos se viajou. Nunca houve viagem para Europa ou para os Estados Unidos. Ao todo foram 12 viagens, na maioria das vezes para a América do Sul. E só em duas os ministros levaram cônjuges", disse. O CNJ solicitou que Fischer detalhe todas as viagens que ofereceu a ministros, mulheres de ministros e assessores, assim como os custos das viagens e despesas com diárias. A assessoria da presidência do STJ está reunindo os documentos, que devem ser encaminhados ao CNJ nesta semana.

07 ABR 2014

GAZETA DO POVO

ANDRÉ GONÇALVES

Nos corredores

E a saúde, como vai?

Os gastos com saúde do governo do Paraná devem virar a principal pauta após a visita técnica que deputados estaduais e federais vão fazer na quarta-feira ao secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. A mais recente justificativa do órgão federal para não autorizar o empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil é que o estado não cumpriu o gasto mínimo com saúde em 2013, de 12% do orçamento.

Põe na conta

Ao todo, o Paraná conseguiu comprovar a execução de apenas 10,3% do total de despesas com saúde no ano passado. Em acordo autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado, no entanto, já teria se comprometido a incluir o 1,7 ponto porcentual que falta no orçamento de 2014. Pesquisa divulgada pelo IBGE no mês passado mostrou que o Paraná é o terceiro estado que menos investe no setor, em proporção ao próprio orçamento.

Liminar

As dificuldades para atingir os 12% são antigas. Em 2013, o estado só conseguiu driblar a exigência de comprovação do gasto graças a uma liminar do Supremo Tribunal Federal, concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso. A decisão, no entanto, perdeu eficácia em 2014.

CARGO VITALÍCIO

Indicado para o TCU, senador é investigado por lavagem de dinheiro e corrupção

Prestes a ser indicado para o cargo vitalício de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), apadrinhado pelo governo Dilma Rousseff, o senador Gim Argello (PTB-DF) responde a seis inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), suspeito de lavagem de dinheiro, corrup-

ção ativa e passiva, falsidade ideológica, peculato (desvio de dinheiro público) e crime contra a Lei de Licitações.

A indicação para a vaga do TCU, aberta com a aposentadoria do ministro Valmir Campelo, cabe ao Senado e tem que ser aprovada por maioria simples, em votação secreta, pelos plenários da Casa e da Câmara. O governo decidiu apoiar a indicação de Argello para o TCU em reunião com cúpula do PTB.

Adolescente diz ter sido estuprada por policiais em delegacia do Pará

Uma adolescente de 17 anos afirma ter sido estuprada por dois policiais civis em Marabá, cidade a 554 km de Belém. Segundo relato da jovem, os abusos foram praticados em uma delegacia e no quarto de um hotel perto da casa de um dos acusados. O Ministério Público Estadual promete investigar os fatos considerados "extremamente graves". Enquanto isso, o investigador Marcelo Serra Rocha e o escrivão Jorge Tadeu do Espírito Santo Guilhon, já indiciados por estupro, continuam trabalhando. T.S.P. foi parar na delegacia depois de ter participado de um latrocínio ao lado do namorado. Segundo denúncia de T.S.P., o primeiro estupro aconteceu no banheiro da delegacia.

05 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

A sociedade tolera agressão sexual às mulheres?

SIM

O ovo da serpente

RENATO JANINE RIBEIRO

A sociedade brasileira é pouco politizada. Tem razão a “Economist” quando nos dá uma nota boa em democracia, só que maior no que diz respeito às instituições do que à cultura política.

Ao menos desde o período Juscelino Kubitschek, nos saímos melhor nos costumes do que na política. Não sei como foi antes do presidente bossa-nova. A ditadura militar teve de tolerar, de bom ou mau grado, uma juventude que rompia com as convenções nas artes, no relacionamento amoroso e de modo geral nos costumes (aquilo que a mídia hoje chama de “comportamento”). Enquanto o Estado, sequestrado pelos golpistas, reprimia e matava, a sociedade florescia. Esse avanço beneficiou o que era alternativo, tendo inclusive, nos anos 70 e 80, forte apoio desta **Folha**.

Assim, melhorou a condição feminina. Quem dos mais novos imagina que na década de 1980 existia um “movimento machista mineiro” que defendia o direito do “macho” a matar a mulher, ante a mera suspeita de que ela o traísse? Quem lembra que foi preciso pichar paredes com o slogan “Quem ama não mata” para não só penalizar o assassinato que era denominado “legítima defesa da honra”, como também e sobretudo para educar os homens a respeitar as mulheres? Em

tudo isso, avançamos.

No entanto, nos últimos anos, com a tolerância e por vezes até algum estranho prazer de secções da mídia, e o decidido engajamento de umas confissões religiosas, tem havido uma reação a essas conquistas —que não são apenas das mulheres. Porque toda repressão às chamadas minorias é na verdade uma forma do repressor recalcar, nele mesmo, as condutas mais livres, liberais ou libertárias que ele inveja no grupo minoritário.

Uma questão relevante, o direito ao aborto, foi praticamente excluída do horizonte do viável, devido a uma manipulação propagandística nas últimas eleições presidenciais. Pior, cresce a ideia de que certas mulheres são culpadas por excitarem homens sexualmente, o que justificaria, pelo menos em parte, as agressões de que são vítimas.

No Brasil, muitos acreditam que pode ser atacada uma mulher que se veste de modo provocante, segundo pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Na Arábia Saudita, país que crucifica e degola seus presos, a culpa é das mulheres que se maquiavam: 86,5% dos homens acham isso (sério, veja em tinyurl.com/mjdwfql).

Deixando claro: há mulheres, sim, que têm prazer em excitar um desejo sexual e, depois, têm novo

prazer em não o satisfazer. Essa não é uma conduta elogiável —mas não autoriza ninguém a estuprá-las ou sequer assediá-las. Podemos discutir o que leva uma mulher a ser “al-lumeuse”, aquela que acende o desejo só pelo gosto de acender. Faz parte do debate sobre a dificuldade atual com os laços humanos. Mas entender o narcisismo não é justificar a agressão. Se um homem se sente provocado, que se controle.

Na verdade, o sinal de um recuo nos costumes não está ainda sendo dado no campo das mulheres, mas no trato com os homossexuais. Só que políticos que pregam contra os gays também condenam mulheres independentes. Crimes de ódio contra os homossexuais crescem. Contam com a simpatia, às vezes travestida de compreensão, de colonistas.

É aí que está sendo chocado o ovo da serpente. Ou difundimos uma educação democrática, que respeite os modos de ser diferentes, ou vamos perder as conquistas, em termos de liberdade pessoal, das últimas décadas. As agendas de direitos humanos estão sendo sacrificadas a acordos políticos. Não podemos aceitar o retrocesso que paira no ar. O momento é decisivo.

RENATO JANINE RIBEIRO, 64, é professor titular de ética e filosofia política do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. É autor de “República”, entre outras obras

CONTINUA

05 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

NÃO

CONTINUAÇÃO Reação consciente

ALBA ZALUAR

O problema é grave. A violência contra as mulheres é fenômeno mundial que deixa sérios efeitos, visto que pode levar logo a traumatismos, incapacitações e óbitos, mais tarde a mudanças fisiológicas e psicológicas induzidas pelo estresse decorrente do trauma. As mulheres que sofreram abusos têm altas taxas de gravidez não desejada, abortos, desfechos neonatais e infantis adversos, infecções sexualmente transmissíveis e transtornos mentais.

No Brasil, mudanças no aparato institucional já foram feitas. A legislação foi mudada com a Lei Maria da Penha e a de notificação compulsória. Já contamos com delegacias especiais para atender as mulheres agredidas. Existem em número crescente serviços que dão assistência às que sofrem violências.

A reação imediata de mulheres pelo país afora aos resultados da pesquisa do Ipea que revelou que um quarto da população acha que a mulher que exhibe seu corpo merece ser atacada, afirmando publicamente que seu modo de vestir é uma escolha livre e não a justificativa para o estupro, demonstra o quanto estão mais conscientes e organizadas. De fato, há também associações mais ou menos informais de proteção interna ao gênero funcionando há tempos, embora timidamente.

Mas a aplicação de leis e políti-

cas para mulheres em todo o país é irregular e, principalmente, persistem preconceitos e covardias. Falta assegurar que a intolerância à violência contra as mulheres, duplamente covarde, chegue a todos os rincões e, sobretudo, nos corações e mentes de homens jovens instilando-lhes a vergonha de agir violentamente contra as mais desprotegidas entre as mulheres.

Os programas de prevenção primária que levem em conta a desigualdade de gênero ainda são poucos. Como afirmou Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU: "Peço aos governos que aproveitem as ideias e a liderança dos jovens para nos ajudar a pôr fim a essa violência pandêmica. Só então teremos um mundo mais justo, pacífico e equitativo".

E já sabemos onde e com quem intensificar tais ações. As zonas onde há mais coesão social por causa da homogeneidade étnica, religiosa e social, onde a moradia é de longa data e os vizinhos desenvolveram relações de confiança e ajuda mútua, onde há mais associações, essas zonas são as que apresentam taxas de criminalidade mais baixas, escolas mais eficazes, bem como adultos mais responsáveis que socializam os mais jovens segundo os valores e regras de convivência claros, aprovados socialmente pelos locais, aí incluídos a proteção dos mais

frágeis: mulheres, crianças e idosos.

Ao contrário, as mulheres —especialmente as que migram sozinhas e não são casadas— perdem a proteção dos seus parentes mais próximos e não têm tempo suficiente para desenvolver relações de confiança e de solidariedade com os vizinhos onde elas vivem. Isso as atinge justamente na faixa de idade de maior produtividade no trabalho e também de maior fecundidade, ou seja, dos 15 aos 35 anos de idade.

O meu "não", portanto, deve ser entendido como cautela em interpretar os percentuais de aprovação constados na pesquisa do Ipea, como aposta na capacidade de denúncia e reação das mulheres e suas organizações, como esperança de que o aparato institucional existente torne-se mais eficaz em deter abusos e agressões contra as mulheres. Nunca como uma subestimação do problema que tais violências provocam.

Esse tipo de pesquisa que afirma respostas e pede para confirmar têm um viés. Suscitam o espelhamento mais do que o julgamento dos entrevistados. Estes manifestam a tendência em concordar com o que diz o pesquisador. Os números estão provavelmente exagerados.

Mãos e mentes à obra!

ALBA ZALUAR é professora titular de antropologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

05 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

PSDB vai à Justiça contra revista que traz Pimentel pedindo voto

Tucanos dizem que capa é propaganda antecipada para petista

MATHEUS LEITÃO
DE BRASÍLIA

Uma revista mineira espalhou outdoors e anúncios em ônibus que circulam por Belo Horizonte com o título "Pimentel quer o seu voto" e a foto do pré-candidato do PT ao governo do Estado.

O anúncio gerou a acusação de propaganda eleitoral antecipada, sendo que o PSDB, adversário de Fernando Pimentel, prometeu entrar na próxima segunda-feira com representação na Justiça Eleitoral contra o ex-ministro e a revista "Impacto".

A legislação permite a propaganda de candidatos somente a partir de julho.

Procurada, a assessoria de Pimentel disse que a edição e divulgação da revista é de responsabilidade da editora.

Um dos donos da publicação, que também é seu diretor administrativo, Juan Carlos Moreira, negou a propaganda e qualquer laço político com Pimentel, o PT ou outros partidos.

"A revista é um veículo de distribuição gratuita sem laço político. Trata-se puramente de publicidade da revista [os outdoors e os anúncios nos ônibus]. Não houve intuito de induzir ninguém. Na minha visão, é marketing da minha revista, não do candidato — assim como fizemos com o Aécio Neves [PSDB] em duas edições anteriores", afirma Moreira.

Na edição de julho e agosto do ano passado, a revista circulou com uma foto do pré-candidato à Presidência do PSDB. O título era "Aécio convoca seu time". A revista teve outras edições com capas sobre políticos mineiros.

Segundo Moreira, a propaganda da atual capa da revista durará quinze dias. A revista é bimestral, com tiragem de 25 mil exemplares, e é distribuída gratuitamente na região norte de Belo Horizonte, conforme seu diretor.

06 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Rosa vence eleição para Ministério Público de SP

Governador Alckmin tem 15 dias para definir indicação do procurador-geral

O procurador Márcio Elias Rosa foi o mais votado na eleição promovida ontem entre os membros do Ministério Público de São Paulo para escolher o preferido deles para comandar a instituição no próximo biênio.

Rosa, que se licenciou do cargo de procurador-geral da Justiça para disputar a eleição, recebeu 1095 votos de promotores e procuradores. Seu oponente, Luiz Antonio Marrey, teve 791 votos.

De acordo com a assessoria do Ministério Público do Estado, o índice de comparecimento na eleição atingiu 93,97% —o mais alto da história da instituição.

Ainda ontem, o procurador-geral da Justiça em exercício encaminharia um ofício ao governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), com o resultado do pleito.

Alckmin tem um prazo de 15 dias para nomear o novo comandante do Ministério Público. O governador não precisa necessariamente indicar Rosa para o posto. Teoricamente, Alckmin poderia optar por Marrey, o que é improvável. Anteriormente, houve casos de o escolhido não ter sido o mais votado.

07 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Marcação cerrada

A pedido do Ministério Público Federal, o governo vai contratar um advogado para acompanhar, na Itália, o caso de Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil que fugiu para o país após ser condenado no mensalão. Três escritórios de advocacia estão sendo cotados pelo Planalto, e o acerto deve ser formalizado na semana que vem. O cenário mais provável, para o governo, é que a extradição seja negada, e o petista, obrigado a cumprir pena no exterior.

JUSTIÇA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Debate no Rio reunirá juristas e jornalistas

A Unesco, em parceria com a ONU, a OEA, o STF e o CNJ, promove hoje e amanhã seminário sobre o papel do Poder Judiciário na garantia da liberdade de expressão.

O evento, no Tribunal de Justiça do Rio, colocará em debate, entre outros temas, a

violência contra jornalistas e o acesso à informação. Entre os participantes do seminário estão o presidente do STF, Joaquim Barbosa, o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, e o relator da ONU para a Proteção do Direito à Liberdade de Expressão, Frank la Rue.

O ESTADO DE S. PAULO

MIGUEL REALE JÚNIOR

Olhar para a frente

Significa acreditar em melhoria do ensino do Direito, acima das condições objetivas

05 ABR 2014

Dentro de cinco dias me aposento como professor titular da Faculdade de Direito da USP, por força de compulsória ao chegar à sétima década de vida. Foram 45 anos de docência. É hora de olhar para a frente, a partir de como se desenrolou ao longo do tempo o ensino do Direito e em especial da realidade presente.

É antiga a reclamação de o ensino jurídico ser insatisfatório, em “crise permanente”, termo em si contraditório. Até 40 ou 50 anos atrás, na expressão de José Garcez Ghirardi, aprendia-se *na* faculdade, e não *pela* faculdade, ou seja, o ambiente acadêmico, a convivência, por exemplo, no pátio da São Francisco, propiciava o interesse por assuntos vários, dentre os quais o Direito! Política, sociologia, História, literatura e economia eram campos de curiosidade intelectual suscitados nas conversas entre as aulas, nos bares, nas festas.

“Crise” no ensino do Direito já havia. A deficiência decorria do recurso a métodos expositivos, com análise circunscrita ao universo exclusivo da lei, tendo os professores, especialmente de faculdades privadas, pouca produção científica, muitos apenas profissionais do Direito, promotores, magistrados, advogados, alheios à carreira acadêmica.

O número reduzido de Faculdades de Direito até 1970 levava aos seus bancos alunos com bagagem de estudo fundamen-

tal e colegial de qualidade, facilitando a tarefa de fazer pensar o Direito, e não só assimilar manuais descritivos da letra da lei. Pode-se dizer que, se os cursos jurídicos não correspondiam a uma exigência de excelência, se sempre houve “crise” no ensino jurídico, agora, todavia, há um processo de degenerescência crescente.

O aprendizado *na* faculdade existente no passado com certeza não existe, infelizmente, nas atuais escolas de Direito. Hoje o “conhecimento” se faz por tiras, por sinopses ou resumos mínimos, sendo breve qualquer leitura e o refletir, uma raridade. De 40 anos para cá, a cada passo, o curso de Direito transformou-se em adestramento de massa, com alunos e professores despreparados, tornando-se as faculdades meras fontes arrecadoras de mensalidades, voltadas antes para o lucro do que para a promoção de estudo aprofundado, na busca da criação de formandos de qualidade.

A situação hoje do estudo do Direito no Brasil confronta, também, com propostas formuladas mais recentemente. Em 2004 o Conselho Nacional de Educação baixou resolução na qual destacava que deveria o ensino privilegiar a pesquisa e a prestação de serviço à comunidade como necessários prolongamentos da atividade de didática, com vista à iniciação científica, mas sem perder a perspectiva de ser o curso de Direito um aprendizado de humanidades e de criação de espírito crítico. Considerava-se, então, que

cabia “assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacitação e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania”. Que belo texto!

Mas essa boa intenção desmoronou com a criação incessante de Faculdades de Direito, principalmente na última década. No ano passado o Conselho Federal da OAB conseguiu um acordo para estancar temporariamente a autorização de mais faculdades. Passa-se agora à tentativa de estabelecer um novo marco regulatório do ensino do Direito.

A Associação Brasileira de Ensino do Direito denunciou recentemente a costumeira existência de salas de aula superlotadas, pagamento vil aos professores, no sistema hora-aula, com perda da dignidade da docência superior. Hoje, como ressaltado, não mais se tem o aprendizado *na* faculdade, prevalecendo a comercialização do ensino, com a admissão indiscriminada de alunos despreparados, vindos do secundário sem o costume de pensar, ler, escrever, criticar, questionar.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

05 ABR 2014

Diante da massificação do ensino jurídico, impõem-se algumas medidas para o correto aproveitamento do curso por estes alunos merecedores de mais atenção, vítimas e não culpados da má formação que tiveram. Sugiro, então, a adoção das seguintes linhas:

- Aulas diárias de Português, Lógica e História das Ideias e Inglês no primeiro ano, ao lado das disciplinas também fundamentais, como Introdução à Ciência do Direito, Sociologia, Ciência Política.

- Efetividade da exigência de carreira universitária para os professores, com realização de concursos de ingresso à docência, tendo por requisito a titulação reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

- Ensino participativo, com leitura e discussão de textos e estudos de casos, para incentivar a reflexão sobre o Direito, para que o aluno seja um dos artífices do próprio conhecimento. Para tanto o aluno precisa querer não apenas um diploma, mas conhecer e discutir o Direito. O professor não deve tão só saber uma aula a mais que o aluno, cumpra-lhe pesquisar, confrontar ideias, debater com os alunos os textos que escolhe para leitura. As classes devem ser, no máximo, de 50 alunos.

- Fechamento das instituições que não correspondam à avaliação do MEC.

A criação de mais faculdades não deve sequer ser pensada. Com mais de 1.200 faculdades e de 600 mil alunos, não há massa crítica suficiente para, com seriedade, preencher a função de professor capacitado. Os resultados do Exame de Ordem, com 80% ou mais de reprovação, mostram a precariedade do ensino do Direito.

Olhar para a frente significa esperança: acreditar em melhoria do ensino do Direito, acima das condições objetivas, com avanços a partir do marco regulatório em elaboração.



ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
DA FACULDADE DE DIREITO
DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA
PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

O ESTADO DE S. PAULO

Candidatos a procurador-geral focam orçamento e independência

Elias Rosa e Marrey tentam atrair votos de 1,7 mil promotores e 300 procuradores na eleição que se realiza hoje

Fausto Macedo

05 ABR 2014

Na reta final das eleições do Ministério Público paulista, os dois candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça protagonizam queda de braço em um ambiente de forte tensão e concentram seus discursos em dois pontos de grande relevância para os promotores: orçamento e independência.

Márcio Fernando Elias Rosa, que busca a recondução, e Luiz Antonio Guimarães Marrey, da oposição, disputam hoje os votos de 1,7 mil promotores e 300 procuradores. Às 17 horas encerra-se a disputa. Às 19 horas chega às mãos do governador Geraldo Alckmin o resultado. Cabe ao governador indicar o chefe da instituição, independentemente da colocação do escolhido.

Elias Rosa e Marrey apostaram em estratégias distintas. O primeiro distribuiu carta a todos os promotores rebatendo a Associação Paulista do Ministério Público que apontou “gravíssima crise” orçamentária na instituição, nas gestões Elias Rosa e Fernando Grella. Mas Elias Rosa contra-atacou. Segundo ele, de 2009 a 2014, o orçamento foi de R\$ 1,2 bi para R\$ 1,7 bi.

Marrey acusa o rival de manter em sua equipe de confiança “pessoas importantes defendendo claramente um projeto de redução da independência funcional” – prerrogativa que tanto os promotores prezam. “Temos no ar o cheiro de um projeto autoritário”, cravou o opositor, que foi procurador geral três vezes (1996/2004) e, depois, serviu ao Executivo – Marrey foi secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura (gestão José Serra), secretário da Justiça no governo Serra e secretário de Governo de Alberto Goldman. “Não há um único projeto que ponha sob ameaça a independência dos promotores, isso é um fantasma que quer esconder a falta de projeto”, reagiu Elias Rosa.

06 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Elias Rosa

vence eleição

para chefiar

promotoria

Disputa no Ministério Público foi marcada por provocações entre situação e oposição

Fernando Gallo
Fausto Macedo

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, venceu ontem seu único adversário na disputa pela reeleição ao cargo, o procurador Luiz Antonio Marrey, e deve comandar o Ministério Público de São Paulo no próximo biênio. Ele teve 1.095 votos contra 791 de Marrey, que também já foi procurador-geral.

O MP aguarda o governador Geraldo Alckmin (PSDB), a quem cabe escolher o chefe da instituição, independentemente da ordem de votação. Ontem à noite, o procurador-geral em exercício, Álvaro Augusto Fonseca de Arruda, levou o resultado ao Palácio dos Bandeirantes.

O placar de 305 votos a mais para Elias Rosa representa uma das mais elásticas diferenças na eleição para procurador-geral. O próprio Marrey já havia sido derrotado, em 1996, por 219 votos de diferença – mesmo assim, foi nomeado pelo então governador Mário Covas (PSDB).

Politicamente, o revés de Marrey representa, para o tucanato, uma derrota para o grupo do ex-governador José Serra. Nos bastidores do Ministério Público circula a informação de que serristas instaram Marrey a se candidatar, preocupados com os rumos das investigações sobre o cartel dos trens.

Marrey afirma que decidiu concorrer ao posto a pedido de colegas. Ele foi secretário de Negócios Jurídicos de Serra na Prefeitura de São Paulo e também serviu o ex-governador como secretário estadual de Justiça. Elias Rosa nunca ocupou cargos no Executivo.

A campanha foi marcada por um ambiente tenso e agressivo, com provocações e ataques pelas redes sociais. No início da jornada, Marrey disse que Elias Rosa “foi criado no bolso do colete do Grella (*Fernando Grella, secretário de Segurança Pública de Alckmin e ex-procurador-geral*)”, e declarou que Elias Rosa exercia uma “liderança fraca”. O procurador-geral rebateu opinando que “liderança não se confunde com autoritarismo”.

A eleição encerrou uma disputa pautada pelos temas do orçamento da instituição e da independência de seus membros. Marrey afirmou que a gestão de Elias Rosa foi “politicamente tímida” em relação às verbas da instituição por permitir a queda do porcentual destinado ao MP no orçamento do Estado. Ele acusou auxiliares de Elias Rosa de defenderem projeto de “cunho autoritário” que enfraqueceria a prerrogativa da independência, que tanto prezam os promotores.

Elias Rosa contra-atacou e ponderou que, mesmo com orçamento enxuto, o MP quitou passivos, construiu 34 sedes e aumentou seu quadro de pes-

soal. “Não há nenhuma possibilidade de ser imaginado, suposto ou imposto qualquer projeto que venha a sepultar ou violar a independência funcional.”

Projeções. Ontem, aliados de ambos os candidatos chegavam a arriscar projeções de mais de 150 votos para seus lados. O otimismo dos parceiros de Marrey era tão grande que, ao meio-dia, um deles, Roberto Livianu, cravou: “Marrey vai ganhar com 200 votos de diferença”.

Após a contagem, um aliado de Elias Rosa provocou Felipe Locke, presidente da Associação Paulista do MP e rival histórico do procurador-geral. Locke venceu a eleição em 2012, mas Alckmin escolheu Elias Rosa. “A associação vai officiar ao governador para escolher o primeiro?”. Locke respondeu: “O governador vai manter a tradição de escolher o segundo colocado.”

Em seu primeiro mandato, Elias Rosa foi frequentemente alvo da associação, que publicava em seu site pleitos apresentados ao procurador-geral, sobretudo relativos a questões remuneratórias e vantagens financeiras.

CONTINUA

06 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

TRÊS PERGUNTAS PARA..

**Márcio Fernando
Elias Rosa**

CONTINUAÇÃO

Com verba escassa e uma política de contenção, Elias Rosa indeferiu muitos pedidos, o que pode lhe ter custado votos até entre procuradores que se mostram incomodados com o fato de que, em 2013, o Tribunal de Justiça pagou valores excepcionais a desembargadores e servidores a título de benefícios atrasados. O rival de Elias Rosa disse que ele deixou escapar a histórica equiparação entre magistrados e promotores.

1. O sr. venceu com 58% dos votos dos promotores. A que atribui a vitória?
A um projeto institucional que vem apresentando grandes resultados, que consolida o papel do nosso Ministério Público independente e capaz de prestar ótimos serviços em favor da sociedade paulista e brasileira. Vamos levar o Ministério Público a um patamar ainda maior de modernidade e de aperfeiçoamento. Vamos insistir em uma política positiva para um Ministério Público cada vez mais voltado para a sociedade.

2. Se for reconduzido ao cargo, qual será sua primeira medida?
Uma meta é a criação de promotorias especializadas para tornar o Ministério Público mais profícuo e mais próximo do cidadão. Nós não podemos esquecer que esse é o papel primordial da instituição. Outros projetos já em curso não poderiam ser interrompidos. Após uma campanha estafante é hora de retomar os trabalhos. Mas vamos aguardar com serenidade a escolha do senhor governador.

3. Seu oponente (Luiz Antonio Marrey) disse que sua gestão ameaça a independência dos promotores.
O Ministério Público independente começa pelo procurador geral independente. Trabalhamos para valorizar o Ministério Público. O momento eleitoral não se confunde com a atuação política da instituição. A vitória é a chancela da categoria ao trabalho que vem sendo realizado, uma aprovação cabal da classe •

O ESTADO DE S. PAULO

Diálogos mostram que deputado do PT ajudou doleiro

Mensagens interceptadas pela PF e divulgadas pela revista 'Veja' indicam auxílio de André Vargas a empresa de fachada de Yousseff

Mensagens interceptadas pela Polícia Federal mostram o deputado André Vargas (PT-PR), vice-presidente da Câmara, oferecendo ajuda ao doleiro Alberto Yousseff, preso no mês passado pela Operação Lava Jato. O petista teria atuado no Ministério da Saúde em favor de um laboratório de fachada de Yousseff. Ambos negam as acusações.

O teor das conversas foi revelado ontem pela revista *Veja*. Yousseff é acusado de operar um esquema de lavagem de dinheiro e de ter atuado em negociações sob suspeita com o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, também preso.

Conforme a reportagem, Vargas e Yousseff conversaram em 19 de setembro de 2013 sobre um contrato de R\$ 150 milhões para fornecimento de remédios entre o ministério e a Labogen, empresa de fachada do esquema do doleiro, segundo a PF. Yousseff disse a Vargas: "Cara, estou trabalhando, fica tranquilo. Acredite em mim. Você vai ver quanto isso vai valer... Tua independência financeira e nossa também, é claro..."

Um dia depois, segundo a revista, o doleiro pediu ajuda a Vargas. "Estou enforcado. Preciso de ajuda para captar... Tô no limite", disse Yousseff. O vice-presidente da Câmara afirmou que iria "atuar".

No mesmo dia, o doleiro mencionou uma "visita dos técnicos MS às 14h30", sigla do Ministério da Saúde. Em nova

Objetivo R\$ 150 mi

era o valor do contrato que o Labogen, empresa de fachada de Yousseff, queria assinar com Ministério da Saúde, para fornecimento de remédios, em setembro de 2013

mensagem, Yousseff disse a Vargas: "Terminou a visita. Fomos bem. Temos que aguardar o relatório". O vice-presidente da Câmara responde: "Vamos cobrar. Preciso do retorno sobre a estruturação".

Vargas e Yousseff dizem se conhecer de Londrina (PR). Na terça-feira, reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* revelou que o vice-presidente da Câmara usou um jato pertencente ao doleiro para viajar de férias com a família para o Nordeste. O deputado divulgou mais de uma versão a respeito do assunto e, na quarta-feira, afirmou na tribuna da Câmara que foi "imprudente" e que cometeu um "equivoco". Vargas nega ter cometido irregularidades, assim como Yousseff. O Ministério da Saúde não chegou a assinar contrato com a Labogen.

Planilhas. As investigações da PF na Operação Lava Jato também levaram à apreensão de documentos em posse de Paulo Roberto Costa. O ex-diretor da Petrobrás foi preso três dias depois do doleiro, sob acusação de que estaria destruindo provas, e posteriormente foi acusado de corrupção passiva. Ele nega as acusações.

Com o ex-diretor, a PF localizou planilhas que indicariam pagamentos feitos por fornecedores da Petrobrás a uma empresa de fachada de Yousseff. Segundo reportagem publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*, nove contratos da estatal depositaram pelo menos R\$ 34,7 milhões para uma conta da MO Consultoria. Para a PF, existem "fortes indícios da utilização das contas da empresa para trânsito de valores ilícitos".

Uma única empresa, a Sanko Sider, que fornece tubos de aço para empreendimentos como a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, depositou R\$ 24 milhões. Os contratos da firma com a Petrobrás cresceram mais de 7.000% de 2011 a 2013. A Sanko disse ter pago comissões por serviços prestados.

07 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

ENTREVISTA

José Antonio Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal e futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Para Toffoli, Justiça age com 'tutela' sobre eleitor

QUEM É

● Formado pela Universidade de São Paulo, José Antonio Dias Toffoli, de 46 anos, nasceu em Marília (SP), trabalhou para o PT, chefiou a Advocacia-Geral da União no governo Lula e é ministro do Supremo Tribunal Federal desde 2009.

Novo presidente do TSE critica restrições a pedido de votos antes do início da campanha e cassações por compra de votos

Roldão Arruda

Prestes a assumir em maio a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli acredita que a legislação "tutela" o eleitor e engessa o debate político no País. Para ele, é uma "hipocrisia" proibir partidos e candidatos de pedirem votos antes do início oficial da campanha.

Toffoli disse considerar "preconceituosa e desrespeitosa" uma pergunta se haveria incompatibilidade entre sua função no TSE e o fato de ter sido advogado do PT. "Vá fazer a pergunta para o Aécio Neves, o Eduardo Campos e a Marina Silva, porque eles têm", respondeu, referindo-se aos pré-candidatos do PSDB e do PSB.

● O senhor disse em palestra sobre o golpe de 1964 que os militares se afastaram do povo na ocasião, deixando de exercer uma espécie de poder moderador que tinham. O Exército tinha a confiança popular?

Tinha. A partir da Revolução de 1930 (movimento armado

que pôs fim à chamada República Velha), todos os partidos procuravam os militares. Onde é que o Luís Carlos Prestes foi buscar apoio para a Intentona (Comunista, em 1935, que pretendia derrubar Getúlio Vargas)? No interior dos quartéis. A esquerda e a direita no Brasil têm medo de povo.

● O sr. está falando do presente ou do passado?

Ainda há muitos resquícios desse medo do povo. Veja as decisões na área da Justiça Eleitoral. Em grande parte prevalece a ideia de que o povo não sabe votar, de que um determinado cidadão comprou o voto do povo. E aí? Cassam o voto do povo. Isso é uma tutela, é o discurso moral de alguma autoridade que acha que sabe, melhor do que o povo, o que é melhor para o povo. Veja a questão da propaganda eleitoral antecipada. Também é tratada como se fosse para enganar o povo. Ora, o povo não sabe quem é quem?

● O sr. é a favor da propaganda antecipada?

Sou a favor da propaganda, do debate político. Já tivemos a ditadura. Por que um debate num sindicato ou associação é considerado propaganda antecipada e é proibido? Ao mesmo tempo, toda semana aparece uma pesquisa eleitoral com os nomes dos pré-candidatos. É uma hipocrisia sem tamanho. É a ideia de achar sempre que o povo vai ser tutelado.

Ora, deixa as pessoas discutirem. Por que controlar a internet? Deixa ela fazer o debate. O povo tem cabeça para discernir o que é bom e o que é ruim.

● O debate eleitoral, com as regras atuais, está engessado?

Totalmente. Poderia ser mais aberto. Veja essa hipocrisia: foi exibido há pouco na TV o programa (partidário do PSB) da Marina Silva com o Eduardo Campos. Eles não podem, no programa do partido deles, chegar lá e dizer às claras: "Nós queremos chegar ao poder". Não podem. Não podem por causa da lei, que o Congresso não muda. Não tem sentido.

● E quanto aos recursos das campanhas? Como viu o resultado parcial da votação, favorável ao fim do financiamento por empresas, e como acha que vai ser retomado o julgamento?

Sobre a retomada do julgamento, não sei. Tem que perguntar para o Gilmar Mendes.

● Ficou descontente com o fato de, por causa do pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes, a proibição poder ficar sem efeito nesta eleição?

Não. É direito de qualquer um pedir vistas.

CONTINUA

07 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● **O sr. gostaria que começasse a valer nesta campanha?**

O que eu gostaria é que o Congresso estabelecesse um teto de gastos por campanha. Isso seria um avanço. O Congresso poderia definir, por exemplo, que numa candidatura à Presidência da República só fosse permitido gastar R\$ 100 milhões. Para governador, seriam tantos milhões, e assim por diante. Outra alternativa seria definir os gastos proporcionalmente, de acordo com o número de eleitores de cada Estado. Hoje um candidato a vereador em São Paulo pode gastar mais do que um candidato a presidente da República, porque ele é quem dá o limite. Ora, sem limite legal, o céu vira o limite.

● **Como vê o argumento de que a proibição do financiamento de pessoas jurídicas beneficiaria o PT, por ser o partido com maior militância e capacidade de arrecadação entre pessoas físicas?**

A única coisa que beneficia algum partido ou candidato é voto. Quanto ao resto, se as regras forem iguais para todo mundo, não há discriminação.

● **Se um partido está mais organizado que outro, a mudança de regra não tende a favorecê-lo?**
Ora, o partido vai ser penalizado pelos seus méritos?

● **Como avalia a decisão do STF de enviar para a 1ª instância o processo do mensalão mineiro?**
Votei pelo desmembramento.

● **Não acha que, em relação ao mensalão federal, houve desigualdade de tratamento?**

Eu votei pela inocência do (*ex-deputado tucano*) Eduardo Azeredo na recepção da denúncia. Não preciso dizer mais nada.

● **O julgamento do mensalão deveria ter ocorrido de outra forma?**
A história vai dizer isso. Não eu.

● **Ministro, o sr. já foi advogado do PT e agora vai presidir o TSE. Há alguma incompatibilidade?**
Você tem que perguntar isso para o Aécio Neves, o Eduardo Campos e a Marina Silva. Não para mim.

● **Por quê?**
Ora, o que está no substrato de sua pergunta é uma indecência. É preconceituosa e desrespeitosa. Você não tem legitimidade para me impugnar, nem a mídia. Vá fazer a pergunta para o Aécio, o Eduardo e a Marina, porque eles têm.

07 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

O banimento do capital



Era de 4 a 1 o placar favorável à proibição do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, na sessão de quarta-feira do Supremo Tribunal Federal (STF), quando o ministro Gilmar Mendes pediu vista do processo, instaurado por solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele alegou que se tratava de assunto “complexo”, o que não o impediu de deixar claro que pretendia votar pela manutenção da norma segundo a qual pessoas jurídicas podem transferir a partidos e candidatos 2% do rendimento bruto no ano anterior ao pleito. (Para as pessoas físicas, o teto é de 10%.)

Mas antes que o presidente da Corte, Joaquim Barbosa, suspendesse os trabalhos, dois outros membros do Colegiado, Marco Aurélio Mello, que dirige o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Ricardo Lewandowski anteciparam os seus votos, respaldando o pleito da OAB, como haviam feito em dezembro último os colegas Luiz Fux, relator da matéria, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Joaquim Barbosa. À época, o julgamento foi susinado a pedido do ministro Teori Zavascki. Na retomada, ele votou contra a proibição, argumentando que estimularia as contribuições clandestinas – o caixa 2.

A sessão terminou, portanto, com uma certeza e uma dúvida. A primeira é a de que o STF baniu o dinheiro corporativo do financiamento eleitoral. O resultado definitivo ficará entre 6 a 5 e 9 a 2. O que não se sabe é a partir de quando valerá o veto. Com o seu pedido de vista, Gilmar Mendes teve a inequívoca intenção de remeter às calendas o cumprimento da decisão contra a qual se manifestou – pois sabe-se lá quando os autos serão devolvidos. Não foi só para fazer um trocadilho que o ministro Marco Aurélio advertiu que “um pedido de vista não pode ser transformado em perdido de vista”.

Em tese, para vigorar já nas eleições nacionais deste ano, o ato do Supremo Tribunal teria de estar sacramentado até julho, quando começa o período das chamadas “doações”. Pelo menos no caso das pessoas jurídicas, é bom que se diga, o termo é impróprio. Sabe-se que, para cada 1 real desembolsado por uma empresa, ela receberá 8,5 vezes mais, em contratos com os governos que ajudaram a eleger. Isso explica por que as empreiteiras encabeçam de longe as listas de financiadores agrupados por setor. Outra corrente lembra que mudanças nas regras do jogo do voto só podem entrar em vigor até um ano antes da ida às urnas.

Um possível obstáculo germina na Câmara. Enquanto a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovava em primeira votação – no mesmo dia da sessão do STF – projeto que proíbe as contribuições de pessoas jurídicas, deputados se articulavam para preservá-las. Alegando, para variar, que o Supremo interferiu no que seria prerrogativa parlamentar, querem incluir na Constituição o direito de continuarem todos desfrutando das benesses do capital. E isso no âmbito de uma reforma política – algo sobre o qual os políticos não se entendem há duas décadas – a ser votada já agora em maio. Um desastre em marcha batida, pois.

Este jornal tem posição firme contra as ditas “doações” de empresas, pela singela razão de que pessoa jurídica não vota. Não vota, mas, aspergindo os seus milhões, é o todo-poderoso sujeito oculto da competição eleitoral, pesando incomparavelmente mais do que o desavisado eleitor no seu desfecho – portanto, nas decisões que os vitoriosos vieram a tomar. Quando se fala em influência do poder econômico, quer-se dizer, como destacou editorial do **Estado** em 12 de dezembro, que, “dos R\$ 6 bilhões arrecadados pelos candidatos na última eleição nacional, cerca de 95% vieram de 1.900 pessoas jurídicas”.

Graças a essa dinheirama, os políticos podem se permitir gastos sideais com propaganda. E quanto maior o dispêndio, maior a probabilidade de êxito nas urnas, maior, enfim, a retribuição que lhes será cobrada pelos patrocinadores. A abolição desses vínculos não beneficiará este ou aquele partido, ao contrário do que disse o ministro Gilmar Mendes, mas a democracia brasileira. Quanto antes for rompida essa modalidade especialmente nefasta de “toma lá dá cá”, tanto antes começará a já tardia revolução cultural no modo como se disputa o poder no País.

Cultura do estupro

Vamos todos promover a tolerância zero a qualquer forma de agressão sexual

O fiasco da pesquisa do Ipea sobre a tolerância social ao estupro fez vítimas além dos burocratas atrapalhados. Não falo de mais um arranhão na imagem do Brasil que, a julgar pelo que se lê no exterior, está se tornando um líder em know-how-not. Como não preparar eventos esportivos, combater violência, corrupção e reformar a economia.

A agulha do meu asneirômetro bem que disparou, o que não me impediu de sair repetindo o “erro da planilha” inflacionando o número de neandertais que justificam estuprar uma mulher dependendo do decote ou do comprimento da saia. As vítimas a que me refiro são as mulheres brasileiras que serão estupradas este ano, cujo sofrimento não será evitado pelo circo viral em torno da pesquisa e poderá ser agravado pela erosão da credibilidade sobre o que é, sim, uma epidemia de saúde pública.

Se continuar a tendência revelada em 2012, o número de mulheres à espera de seu agressor no Brasil este ano pode passar de 50 mil. Mas o número, tal como a estatística do Ipea, não inspira confiança porque há uma diferença entre casos de estupro registrados e ocorridos. O crime sexual é a forma de violência mais estatisticamente subestimada do mundo, não importa se num país de burkas ou de fios dentais. E, como sabemos, o crime sexual frequentemente se passa entre conhecidos ou em famílias. Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos, em 2010, o FBI registrou 85.593 estupros ou tentativas de estupro. No mesmo ano, o censo americano para estatísticas de justiça registrou 188.380 vítimas de estupro e assalto sexual. Ainda no mesmo ano, o prestigiado Centers for Disease Control, uma agência nacional de saúde, contou 1 milhão 300 mil incidentes numa pesquisa sobre violência sexual entre parceiros íntimos, algo que pode incluir estupro nas mãos do marido ou ser perseguida e agredida por um ex-

parceiro. Não é só o Ipea que sofre de confusão metodológica. Parte da confusão vem da definição de crime sexual que, aqui, varia de Estado para Estado.

Só em 2012, o governo federal americano instruiu o FBI a atualizar sua definição de estupro que datava de 1927. Pela primeira vez, a definição estupro não discrimina sexo e a penetração à força pode ser com um objeto. E o estado da vítima – incapacitada por álcool ou drogas de dar consentimento – passou a ser considerado argumento para acusação de estupro.

No começo do ano, quando a Casa Branca anunciou uma iniciativa para combater violência sexual no câmpus universitário, uma das mais conhecidas ONG's de militância antiestupro e incesto se manifestou contra a ideia da “cultura do estupro” e pediu que os crimes sejam individualizados. A reação veio num debate passionai. O que é a cultura do estupro? De maneira geral, esta expressão, nascida nos anos 70, se refere à desinformação da sociedade, à impunidade dos agressores, à representação social da mulher como objeto e a fatores como tradições sociais específicas.

Na segunda-feira passada, uma carta anônima sob o título “Dear Harvard: You Win” (Querida Harvard: Você venceu), publicada no jornal da mais conhecida universidade americana, relatava o drama de uma estudante. Ela passou parte de 2013 se queixando a diversas autoridades no câmpus do que descreve como um assalto sexual sofrido no seu dormitório, nas mãos de um colega e amigo que visitou depois de beber demais. A descrição do alegada agressão é perturbadora.

A carta se tornou viral e obrigou a Universidade de Harvard a revisar sua estreita definição de assalto sexual, publicada em 1993. A estudante capitulou e anunciou que vai se mudar do dormitório para não conviver diariamente com o jovem que acusa de agressor.

A expressão “segundo estupro” é usada para descrever a experiência degradante vivida por mulheres que deci-

dem denunciar violência sexual, quando a justiça, as instituições, a família ou os amigos culpam a vítima, não levam a sério a acusação ou protegem os agressores. Certamente a falsa acusação de estupro pode destruir a vida de um acusado. Por se tratar, na esmagadora maioria dos casos, de um crime sem testemunhas, investigar e conduzir processos é um enorme desafio.

Mas se há algo que a pesquisa do Ipea revelou, não nas suas planilhas atrapalhadas, mas no ecossistema do debate social, é a mesma praga da polarização que faz tantas das nossas mazelas passarem pelo moedor ideológico. Quando a pesquisa saiu, testemunhei inúmeras manifestações de triunfo pela confirmação do nosso atraso. Quando o erro foi revelado, cantaram vitória os que se sentem oprimidos pelo esquerdismo infantil.

O crime sexual, muito mais do que outras formas de assalto, é um tormento que pode seguir a vítima pelo resto da vida. Agora, vamos parar de envergonhar o Ipea e nos envergonhar todos para promover a tolerância zero a qualquer forma de agressão sexual.

07 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Jovem de 17 anos diz ter sido estuprada em delegacia no Pará

Segundo adolescente, violência foi praticada por dois policiais civis. O caso é investigado e eles continuam trabalhando

Carlos Mendes

ESPECIAL PARA O ESTADO / BELÉM

Uma adolescente de 17 anos afirma ter sido estuprada por dois policiais civis em Marabá, cidade a 554 km de Belém. Segundo relato da jovem, os abusos foram praticados em uma delegacia e no quarto de um hotel perto da casa de um dos acusados.

O caso é de 11 de janeiro, mas somente hoje será relatado oficialmente ao Ministério Público Estadual, que promete investigar os fatos, considerados "extremamente graves". Enquanto isso, o investigador Marcelo Serra Rocha e o escrivão Jorge Tadeu do Espírito Santo Guilhon, já indiciados por estupro, continuam trabalhando.

A menina foi parar na delegacia depois de ter participado de um latrocínio ao lado do namorado. Um taxista foi abordado pelo casal, mas reagiu e foi assassinado a tiros. A adolescente, que teria testemunhado o crime, foi detida. Na delegacia,

PARALEMORAR

Menina detida com homens

Em 2007, após ser detida por furto, L.A.B, com 15 anos, foi presa em uma cela da delegacia de Abaetetuba, no Pará, superlotada por 20 homens. Durante 26 dias, a menina foi estuprada dezenas de vezes, além de torturada com isqueiros e pontas de cigarro acesas. A prisão foi assinada por uma juíza, Clarice Maria de Andrade, após pedido da delegada Flávia Pereira. Após divulgação do caso, os responsáveis foram afastados, mas parte já retornou ao trabalho.

chegou a ser presa em uma cela e liberada depois de afirmar ser menor. Em seguida, foi abordada pelo primeiro agressor.

Segundo denúncia da adolescente, o primeiro estupro aconteceu no banheiro da delegacia. O escrivão Espírito Santo pediu para que a jovem entrasse no local enquanto aguardava pela chegada dos parentes. Depois

de ser violentada, ela teria sido conduzida para a viatura por Rocha, para levá-la para sua cidade natal, Redenção.

No caminho, o investigador fez uma parada no hotel e a estuprou pela segunda vez, diz a jovem. Outro investigador, de nome Nelson, estava na viatura, mas não teve participação no abuso, segundo investigação policial. Antes da viagem, um quarto policial, Rodrigo Paiva Barros, ainda pediu R\$ 5 mil a um tio da jovem para liberá-la.

Denúncia. Os crimes foram denunciados pela adolescente à polícia de Redenção. A delegada responsável pelo caso, Dinilda Ferreira Costa, não considerou necessário afastar os acusados do serviço. Para o delegado-geral, Rilmar Firmino, todas as providências para a apuração dos fatos foram tomadas.

Nenhum dos policiais citados relatou o caso ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público Estadual (MPE). Para a promotora Cristine Magela Silva Correia, o silêncio significa omissão. O Estado tentou contato com os acusados, mas eles não aceitaram dar entrevistas.

05 ABR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

ÚLTIMA CARTADA

**UFPR entrega
petição à Justiça
pra manter os
916 funcionários
do HC ligados
à Funpar**

Magaléa Mazziotti
magaleam@tribunadoparana.com.br

Em dez dias, a Justiça do Trabalho deve se manifestar sobre os pedidos apresentados pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba (Sinditest) para rever a decisão sobre a demissão de 916 funcionários do Hospital de Clínicas (HC) vinculados à Fundação da UFPR (Funpar).

Em audiência realizada ontem, no Ministério Público do Trabalho, a UFPR entregou uma petição ao juiz da 1.ª Vara do Trabalho, Sandro Augusto de Souza, demonstrando que desde 2007, quando um acordo foi homologado, desligou parte significativa dos 1.390 trabalhadores que estavam em atividade. "Parte foi remanejada, parte se aposentou e outros pediram demissão, mas o fato é que houve um esforço a custo da sobrecarga do quadro atual e do comprometimento do funcionamento do HC para se cumprir o acordo", explica o reitor da UFPR, Zaki Akel Sobrinho.

O objetivo da petição é sensibilizar o juiz para manter os servidores até a extinção do quadro. "Não podemos prescindir dessa força de trabalho e também não queremos prorrogação de prazo e, sim, um solução definitiva", defende Sobrinho.

Na visão do reitor, a UFPR fez o que era possível, mas a substituição dos funcionários depende da realização de concurso pelo Ministério da Educação (MEC). "Hoje o hospital disponibiliza 411 leitos pela falta de funcionários. Sem essa limitação, poderia dispor de 600 leitos, mas seriam necessários outros 1,7 mil profissionais", estima.

SUSPENSÃO

O Sinditest posicionou-se contrário à proposta apresentada pela UFPR. De acordo com o sindicato, essa proposta apenas libera a universidade da responsabilidade sobre a situação dos servidores da Funpar, mas não resolve o imbróglio dos contratos e da possível demissão.

Antes da petição, o Sinditest havia solicitado que a determinação das demissões fosse suspensa por 180 dias, para que se viabilizasse uma proposta de estabilidade efetiva do quadro. O juiz determinou um prazo de dez dias para decidir sobre as propostas e pediu que o indicativo de greve para o dia 10 de abril seja adiado.

Embora o Sinditest tenha se manifestado favorável ao adiamento do indicativo de greve, a decisão final será tomada em assembleia na segunda-feira, às 10h.
* (Colaborou Carolina Pompeo)

05 ABR 2014

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira - Advogado

O CASO DOS PRECATÓRIOS PODER EXECUTIVO E JUDICIÁRIO CONTRA SERVIDORES

Centenas de servidores públicos estão sendo desprestigiados pelos Poderes Executivo e Judiciário.

Os funcionários que entram com ações para receber valores já decretados pelo Judiciário encontram dificuldades para receber os seus créditos porque, na fase de cumprimento de sentenças, o Poder Executivo chicaneia através de recursos e os juizes, alguns mais fazendários do que outros, aceitam todos os pedidos do Estado e procrastinam a execução dos precatórios.

O Conselho Nacional de Justiça, (CNJ), respeitado e temido, bem poderia adotar medida que colocasse a situação nos trilhos.

A administração e concessão da chamada prestação jurisdicional parece não existir.

Até algum tempo só os agiotas conseguiam receber os valores que compravam dos credores. Para um crédito de cem mil reais, por exemplo, pagavam 10% (dez por cento) e locupletavam-se do saldo restante.

Denunciei aqui o caso do Condor - Supermercados. Escândalo. Até as esposas dos seus diretores emprestavam os seus nomes para a "compra" de Precatórios.

Houve um momento em que o Poder Judiciário "brecou" isso. Os pagamentos mediante procurações foram suspensos. Depois, entretanto, as coisas "esfriaram" e como tudo, no Brasil, os "pescadores" de oportunidades passaram a agir despudoradamente, ou seja, com um olho no peixe e outro no anzol.

A providência que se pede há de merecer a atenção do Poder Judiciário onde, presentemente, existe uma Presidência digna, representada pelo eminente desembargador Guilherme Luiz Gomes e pelo Corregedor Geral, o não menos ilustre Desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo Pinto.

Sinceramente, o que não pode e não deve é continuar essa situação que, em nada, merece apoio.

Os juizados da Fazenda Pública precisam ser alertados para o que se expõe e, assim, através dos seus diligentes magistrados, voltar as suas vistas para a situação.

É um descalabro o que se está presenciando.

O Poder Executivo não paga porque o Poder Judiciário se omite ou conosta com as manobras dos procuradores. E o resultado disso é isso que se vê e se sente: o descrédito das instituições.

Prudente seria que medida rigorosa fosse imposta e que, dentro de um prazo mínimo, todos os créditos devidos a servidores fossem pagos.

05 ABR 2014

IMPACTO PARANÁ

DEBOCHE EXPLÍCITO

Precatório

Meu pai entrou na Justiça em 1999, ganhou o direito aos precatórios (**Gazeta**, 22/3) em 2002, faleceu em 2006 e hoje, em 2014, nós ainda não recebemos. Quem sabe nossos netos, em 2045, possam usufruir de um direito de meu pai. Se fosse o contrário e nós não pagássemos ao estado, com certeza estaríamos na cadeia. É realmente uma vergonha o que o estado faz dando essa desculpa de que o TJ está quase sem funcionários. O estado deve, já perdeu na Justiça e se nega a pagar.

Waldir Mattos

NR-Foi na última sexta-feira, dia 28, que "chupei" da Coluna do Leitor, da Gazeta do Povo, este desabafo que logo identifiquei como um deboche explícito promovido pelo Estado em relação aos precatórios. Convenhamos, quinze anos na fila de espera, é dose. Qual o credor que aceitaria esperar tanto tempo sem uma ação mais contundente contra lhe aplica tal golpe? Porque isso que vem acontecendo é um golpe. Situação passível de cadeia imediata não apenas pelo calote mas pelo deboche explícito que o Estado faz em relação não apenas aos familiares deste cidadão mas com tantos outros que vivem a mesma sistemática. Isto se configura não apenas em nosso Estado mas em todas as unidades do país onde o calote virou palavra de ordem. Sem falar no calote da União para com credores da mesma ordem. Para um país que tem dinheiro sobrando para bancar uma Copa do Mundo, este calote dos precatórios, convenhamos, é deboche explícito.

CANTINHO SIGILOSO

Por falta de espaço, já que pretendo contar com documento e detalhes uma situação que envolveu o desembargador federal aposentado, nosso amigo Edgard Antonio Lippmann Jr., restabelecendo a verdade de uma situação pela qual passou, provocado entre outros por Doático Santos a mando do então governador Roberto Requião, que lhe causaram sérios problemas na época, vou antecipando apenas que é matéria explosiva. Trata-se da revelação em detalhes, do comportamento típico do atual senador que sempre se imagina o dono da verdade, principalmente quando pretende causar mal ao próximo. Um assunto que merece, realmente, todos os detalhes.

TRANCOS & BARRANCOS

O recurso do ex-conselheiro Maurício Requião, buscando anular eleição no TC, que colocou Ivan Bonilha em seu lugar, continua dormindo em alguma gaveta no Tribunal de Justiça. A polêmica matéria que era para ter uma decisão no ano passado vai sendo mantida no esquecimento enquanto o dito cujo ainda mantém o sonho de voltar algum dia ao citado cargo. E recebendo os atrasados, naturalmente,

FABIO CAMARGO:

NA TÁBUA DE SALVAÇÃO UMA FICHA SUJA PODE COMPLICAR

Mais uma tentativa para se manter no cargo foi para o espaço.

Na última semana o colegiado do Tribunal de Justiça do Paraná, com a ausência de alguns desembargadores, decidiu de uma vez o destino de uma situação que já havia sido definido pela Desembargadora Regina Portes no ano passado, mas que motivou um último recurso antes do julgamento do mérito.

Fábio Camargo, considerando-se ainda conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, ainda sonha manter o cargo antes desta decisão e de uma situação subjúdice que o mantém pendurado no CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

A carta na manga, que poderá ser a última tentativa para ainda se manter em cargo importante que o credencie a manter uma luta na qual se atirou e lhe causaram até aqui, e a seu pai, ex-presidente do TJ-PR, tantos problemas, é uma renúncia ao cargo de uma vez e a busca de uma filiação partidária ainda em tempo para tentar, em nova eleição de deputado nas próximas eleições, salvar os anéis porque os dedos já foram há algum tempo.

Ex-deputado e quase ex-conselheiro, já que até esta quarta-feira quando antecipávamos nossa edição, se mantinha misterioso na decisão deste passo político, Fábio Camargo passou por situações que o complicam por conta de uma ficha suja politicamente e que são recheadas por situações na Justiça capazes de lhe impedir, inclusive, a manutenção de direitos políticos que facilitem o sonho derradeiro que seria voltar a ser deputado.

PROCESSOS

Além de um processo que o envolveu com o vereador Felipe Braga Cortes, e que perdeu, complicando a princípio sua ficha limpa na política, Fábio Camargo tem contra si outras situações que o colocam em perigo para conquistar uma situação mais tranquila quanto a possibilidade de salvar-se de última hora conseguindo sair candidato a deputado nas próximas eleições.

Uma das situações mais complicadas, e que terá ainda que driblar junto à Justiça, o envolve de corpo inteiro nos Autos nº 14000-28.2012, em que é autor o Ministério Público e a ré Isolete Micheluzi de Lara.

Decisão judicial de primeira instância absolveu sumariamente uma empregada doméstica acusada do furto de R\$ 80 mil reais, em função da mesma ter sido supostamente coagida a admitir o crime.

A coação, de acordo com a sentença do juiz Antonio Carlos Schiebel Filho, teria sido praticada pelo ex-deputado Fábio Camargo, que usando de sua privilegiada intimidade de forma criminosa a citada doméstica tentando transformá-la em culpada sem qualquer julgamento.

Além de Fábio Camargo, estão inserido neste processo Maria Tereza Lima Bove, suposta vítima da situação que envolveu a doméstica acusada, e que acabou sofrendo humilhantes situações nas mãos do então deputado e de Tatiana Cruz Boeve Iatauro, sendo ambos citados nesta decisão judicial, mais o policial Sydnei Dias Bozza, ação que em primeira instância deu ganho de causa a doméstica. O ato de coação do parlamentar que sujou parcialmente sua ficha e que poderá complicar futuramente suas intenções políticas, é mais uma de outras ações que ainda vai enfrentar por conta do seu temperamento considerado por uns e outros como violento seguindo os exemplos do seu pai, também denunciado justamente pelos métodos que empregava quando presidente do TJ paranaense.

DEPUTADO

Mancha numa ficha limpa que o credenciaria a disputar as próximas eleições, teria, ainda, como preocupação, conquistar uma sigla partidária que o abrigue, tendo sido deputado pelo PTB que agora poderia relutar em recebê-lo de volta, estando ainda na expectativa o PSC de Ratinho Junior, hoje desesperado em fazer grande bancada na Assembleia a partir do próximo ano, ou ainda uma outra sigla qualquer.

Situações que nestas últimas e nas próximas horas certamente estão motivando o ex-deputado e conselheiro subjúdice do TC a pensar muito seriamente em seu futuro, hoje abalado pelas preocupações que criou em torno de si mesmo por um comportamento polêmico.

Enquanto isso, a Assembleia Legislativa pelos seu Presidente Valdir Rossoni, continua ainda ensaboando para tomar uma decisão e convocar nova eleição de conselheiro,

conforme reivindica o candidato Max Schrappe que desencadeou com uma ação na Justiça toda esta situação complicada.

NOTA DOS ADVOGADOS:

Advogados de Max Schrappe pediram anulação de toda a eleição ao TCE.

Conforme os advogados do empresário, Alexandre Salomão, Gustavo Sartor e Danilo Rodrigues Alves, o pedido final do mandado de segurança certamente anulará a nova escolha da forma proposta pelo presidente da ALEP, haja vista que o edital da última eleição está sendo questionado judicialmente pelo Mandado de Segurança. Os advogados explicam que "o pedido final do mandado é a realização de nova eleição, desde o início, diante das nulidades do edital". Assim "eventual continuidade do pleito com os candidatos já inscritos trará insegurança jurídica, e colocará em risco o novo nome escolhido pelos deputados", explicam os advogados.

05 ABR 2014

IMPACTO PARANÁ

YARED DIVULGA FOTO DE EX-DEPUTADO CARLI FILHO NA BALADA E GERA REVOLTA EM REDE SOCIAL



Gilmar Yared, pai do jovem Gilmar Rafael Yared, que foi uma das vítimas do acidente envolvendo o ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, divulgou uma foto que gerou revolta nas redes sociais. Nela, o ex-deputado aparece com dois amigos em uma casa noturna e é possível observar que, mesmo após o acidente, Carli Filho ainda mantém o hábito baladeiro e de consumo de bebidas alcoólicas. Segundo o post de Gilmar Yared, "este é o retrato da impunidade no Brasil". No post, várias pessoas questionaram o comportamento de Carli Filho, uma vez em que ele vai à júri popular pela morte de Gilmar e Carlos Murilo de Almeida por estar embriagado. Entre os comentários, usuários do Facebook o chamavam de irresponsável. "Brasil um país de impunidade! Repugnante o sorriso emblemático. Carrega a imagem de todos criminosos", dizia uma pessoa. Outra apontava que isso seria uma demonstração de afronta. "Será que cada vez que ele se olha no espelho não vê o fez, está marcado pra a vida toda". A matéria foi veiculada no jornal Parceiros da Comunidade.